Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Pedro Miguel Oliveira Reis

O custo de governar para além do governo: O caso dos partidos de suporte

abril de 2022

O custo de governar para além do governo: O caso dos partidos de suporte

Pedro Miguel Oliveira Reis

UMinho | 2022

Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Pedro Miguel Oliveira Reis

O custo de governar para além do governo: O caso dos partidos de suporte

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Ciência Política

Trabalho realizado sob a orientação do
Professor Doutor Miguel Ângelo V. Rodrigues

abril de 2022

Direitos de autor e condições de utilização do trabalho por terceiros

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND

https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/

Agradecimentos

Os meus agradecimentos são dirigidos, em primeiro lugar ao Professor Doutor Miguel Rodrigues, por ter aceite a orientação deste trabalho, e pela disponibilidade e auxílio demonstrado para comigo ao longo da realização deste trabalho.

Agradeço também à minha família e à minha namorada, por sempre me terem apoiado e estarem presentes ao longo desta caminhada.

Declaração de integridade

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração. Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

“O custo de governar para além do governo: O caso dos partidos de suporte”

Resumo

Um facto bem estabelecido na literatura é o de que governar apresenta custos eleitorais, o denominado custo de governar. No entanto, e apesar de vários estudos realizados terem demonstrado esta realidade, a literatura existente relativamente às consequências eleitorais para os partidos de suporte de estarem ligados ao governo, não apresenta a mesma profundidade.

Os partidos de suporte apresentam um papel fundamental no funcionamento e estabilidade dos governos minoritários. Porém, a pouca literatura que existe aparenta não conseguir imputar o custo de governar aos partidos de suporte. Este custo, é definido como sendo uma variação eleitoral negativa para os partidos em funções governativas nos atos eleitorais consequentes ao término da sua governação. Esta investigação propõe um olhar mais abrangente do conceito de custo de governar, saindo da esfera tradicional de análise do governo e explorando a possibilidade deste custo se expandir para além dos partidos no governo, ou seja, para os partidos de suporte envolvidos no apoio a uma solução governativa. Desta forma, a presente investigação tem por principal objetivo explorar se os partidos de suporte podem ser, ou não, alvos do custo de governar que tradicionalmente afeta o governo incumbente.

Para alcançar este objetivo foi usado o caso português, nomeadamente a solução governativa de 2015-2019, a denominada “geringonça”, um governo minoritário do PS com acordos bilaterais com o PCP, o BE e o PEV, para compreender se o envolvimento destes últimos partidos de suporte, com o governo, teve impacto negativo nos seus resultados eleitorais.

Para perceber se os partidos de suporte portugueses foram alvo do custo de governar foi adotada uma metodologia quantitativa, assente no recurso a séries temporais interrompidas, para cada partido em análise. Foram considerados dois períodos, o pré-geringonça e o pós-geringonça de forma a ser possível retirar conclusões eleitorais do envolvimento dos partidos. Os resultados obtidos confirmam a existência do custo de governar para os partidos de suporte, juntamente com diferentes intensidades e tendências de queda.

Palavras-chave: custo de governar; partidos de suporte; parlamentarismo de contrato; Portugal

“The cost of ruling beyond the government: The case of support parties”

Abstract

A well-established fact in the literature is that governing has electoral costs, the so-called cost of ruling. Several studies have already been conducted that demonstrate this reality, however the existing literature on the electoral consequences for the support parties of being linked to the government does not present the same depth.

Support parties play a key role in the guarantee and stability of minority governments, however the literature that exists seems to fail to impute the cost of ruling to the supporting parties. The cost of ruling is defined as a negative electoral variation for parties in governing functions in electoral acts after the end of their governance. This research proposes a more comprehensive look at the concept of cost of ruling, moving out of the traditional sphere of government analysis and exploring the possibility of this cost expanding beyond the parties in government and into the support parties involved in the support of a government solution. Thus, the main objective of this research is to explore whether or not the support parties can be targets of the cost of ruling that traditionally affects the incumbent government.

To achieve this objective, the Portuguese case was used, namely the 2015-2019 governing solution, the so-called "contraption", a minority PS government supported on bilateral support agreements with PCP, BE and PEV, in order to understand if the involvement of these tree parties with the government had a negative impact on their electoral results.

To understand whether the Portuguese support parties were a target of the cost of ruling, a quantitative methodology was adopted, based on the use of interrupted time series, for each party under analysis. Two periods were considered, the pre-contraption and the post-contraption in order to draw electoral conclusions from the involvement of the parties. The results obtained confirm the existence of the cost of governing for the support parties, together with different intensities and downward trends.

Keywords: cost of ruling; support parties; contract parliamentarism; Portugal

Índice Geral

Direitos de autor e condições de utilização do trabalho por terceiros ii

Agradecimentos iii

Declaração de integridade iv

Resumo v

Abstract vi

Índice Geral vii

Índice de Figuras ix

Índice de tabelas x

Lista de abreviaturas xi

Introdução 1

Parte I – Enquadramento Teórico 4

1. Revisão de literatura 4
   1.1. O custo de governar 4
   1.2. O custo de governar nas diferentes formas de governo 5
   1.3. As explicações teóricas do custo de governar 8
      1.3.1. As teorias "gerais" explicativas do custo de governar 9
      1.3.2. As diferentes características dos partidos e o custo de governar 11
   1.4. A claridade de responsabilidade enquanto condicionante do custo de governar 15
   1.5. O caso peculiar dos partidos de suporte 17
      1.5.1. Os partidos de suporte e os acordos parlamentares 17
      1.5.2. A dificuldade de imputação do custo de governar 19

2. Contextualização do Estudo 21

Parte II – Enquadramento Empírico 27

1. Design da Investigação 27
   1.1. Objetivo de investigação 27
   1.2. As hipóteses de investigação 28
   1.3. O método de investigação 29

2. Análise e resultados da investigação 32
   2.1. Estatísticas descritiva 32
   2.2. Análise dos resultados obtidos da aplicação da Série Temporal Interrompida 35
      2.2.1. Análise dos resultados obtidos para o Bloco de Esquerda 36

2.2.2. Análise dos resultados obtidos para o Partido Comunista Português 37
2.2.3. Análise dos resultados obtidos para o Partido Ecologista os Verdes..... 39
2.3. Verificação das hipóteses 41

Conclusões..... 43

Bibliografia 46

Anexos 52

Anexo I – Posição comparativa do PCP E BE (dados retirados da database do Manifesto Project) 52

Anexo II – Posições conjuntas dos partidos (acordos assinados)..... 53

Anexo III – Séries temporais interrompidas (Stata output)..... 76

Índice de Figuras

Figura 1: Representação gráfica da evolução das tendências eleitorais do BE..... 37

Figura 2: Representação gráfica da evolução das tendências eleitorais do PCP..... 39

Figura 3: Representação gráfica da evolução das tendências eleitorais do PEV..... 41

Índice de tabelas

Tabela 1: Votos e deputados eleitos nas eleições legislativas de 2011 e 2015 para os principais partidos 23

Tabela 2: Votos e deputados eleitos nas eleições legislativas de 2015 e 2019 para os principais partidos 26

Tabela 3: Evolução eleitoral do Bloco de Esquerda nas eleições legislativas 33

Tabela 4: Evolução eleitoral do Partido Comunista Português nas eleições legislativas 33

Tabela 5: Evolução eleitoral do Partido Comunista Português nas eleições legislativas 34

Tabela 6: O impacto do apoio ao governo na tendência eleitoral do BE 36

Tabela 7: O impacto do apoio ao governo na tendência eleitoral do PCP 37

Tabela 8: O impacto do apoio ao governo na tendência eleitoral do PEV 39

Lista de abreviaturas

APU – Aliança Povo Unido

BE – Bloco de Esquerda

CDS-PP – Partido do Centro Democrático Social - Partido Popular

CDU – Coligação Democrática Unitária

PAF – Portugal à Frente

PAN – Partido Animais Natureza

PCP – Partido Comunista Português

PEV – Partido Ecologista os Verdes

PS – Partido Socialista

PSD – Partido Social Democrata

Introdução

Um dos factos mais bem estabelecidos no estudo de fenómenos políticos é o de que o exercício de funções legislativas desgasta um governo, com os governos incumbentes a sofrem perdas eleitorais nos atos consequentes (Thesen et al., 2020; Wlezien, 2016). Durante as últimas décadas diversos estudos foram elaborados para compreender o porquê da existência de um desgaste associado à governação, com diversos autores a apresentarem variadas respostas, e definindo este desgaste como sendo o custo de governar. Porém, a vasta maioria das respostas encontradas analisa o desgaste político tomando o governo como um todo, negligenciando por um lado as diferenças existentes dentro de uma solução governativa, inerentes aos diferentes sistemas partidários existentes, e por outro, as diferentes formas de governo, e características dos diferentes partidos políticos. Adicionalmente, e sendo o voto a quantificação do desgaste político, uma parte dos estudos sobre o custo de governar não considera fatores políticos, como a claridade de responsabilidade, que podem influenciar a perceção do eleitorado sobre o desempenho dos partidos políticos envolvidos na governação.

A literatura mais recente sobre o custo de governar, tem procurado ter em conta as limitações de estudos mais antigos, realizando análises ao custo de governar tendo em conta a forma de governo, especialmente com grande foco no estudo das coligações. Os estudos revelam, não só a existência de um desgaste político para o governo como um todo, como também a existência de diferentes valores para os diferentes partidos envolvidos nas soluções governativas. Apesar destes esforços, a exploração do tópico do custo de governar ainda apresenta lacunas que podem ser exploradas, sobretudo no que diz respeito à relação entre o custo de governar e os partidos de suporte que fornecem apoio parlamentar a um governo minoritário.

Os partidos de suporte apresentam-se numa posição curiosa no estudo do desgaste político associado à governação. Na década de 2010, 58% dos governos minoritários negociaram algum tipo de acordo de suporte com partidos com assento parlamentar não integrante do governo, de forma a conseguirem alcançar uma maioria legislativa (Krauss & Thürk, 2021). No entanto, e apesar do aumento de soluções de governação minoritárias com apoio parlamentar pouco se conhece acerca dos efeitos/consequências políticas que este envolvimento traz para estes partidos. Contudo não é de estranhar a falta de análise no que diz respeito à ligação entre o custo de governar e os partidos de suporte. Por um lado, não fazem parte do governo e, portanto, é de expectar que não sofram do custo de governar, e por outro lado, conseguem influenciar a política dos governos, destacando-se dos

restantes partidos, uma vez que os partidos no governo precisam dos partidos de suporte para se manterem em funções. No entanto, a interpretação existente do custo de governar na literatura é limitada, e deixa aberta a possibilidade de novas formas de analisar o custo de governar, nomeadamente para os partidos que estão associados ao governo, mas que formalmente não fazem parte dele.

Deste modo, a presente investigação procura explorar a relação entre o custo de governar e os partidos de suporte, uma temática pouco retratada na literatura. Consequentemente, o objetivo passa por compreender se os partidos de suporte também podem ser alvo do custo de governar que afeta os partidos no governo, uma vez que os partidos de suporte apresentam um papel importante na garantia da continuidade do governo e respetiva influência exercida na política do governo. É igualmente procurado perceber se este custo de governar é mais intenso perante a existência de um acordo escrito e público, e se, dentro dos partidos que garantem o suporte o mais extremado ideologicamente é o mais penalizado. Para tal, foi desenvolvida a seguinte pergunta de investigação: São os partidos de suporte alvo do custo de governar pelo apoio fornecido a um governo minoritário?

De forma a responder aos objetivos propostos, a presente investigação considera o contexto português, contrastando com a maioria dos estudos dos partidos de suporte, focados sobretudo no contexto escandinavo e neozelandês. O caso português é um caso de parlamentarismo de contrato, uma forma institucionalizada de acordo de suporte e de especial relevância, por um lado pela novidade que apresentou para o espectro político nacional e respetiva forma de construção de governo recente. Como também pelo facto de constituir um caso prático do que Thesen (2016), classifica como sendo *"support parties proper"*, partidos de suporte envolvidos na negociação de políticas legislativas, o mais próximo de um governo de coligação.

É considerado como ponto central e chave da investigação o governo minoritário do Partido Socialista de 2015-2019 apoiado parlamentarmente através de acordos bilaterais escritos, públicos e concretos com os partidos ideologicamente à sua esquerda, o Bloco de Esquerda, o Partido Comunista Português e o Partido Ecologista os Verdes. São observados dois períodos, o período pré-geringonça (1976-2015) e o período pós-geringonça (2019-2022), sendo este último, o período de análise. Para o efeito, foi empregue o uso de séries temporais interrompidas, onde é analisada a evolução e efeito que os acordos assinados tiveram no desempenho eleitoral dos partidos de suporte.

Esta investigação encontra-se organizada da seguinte forma: a primeira secção, composta pela revisão da literatura, onde se aborda a temática do custo de governar e os partidos de suporte e

complementada por uma contextualização do caso português que serve de suporte empírico. Na segunda secção é desenvolvida a metodologia de investigação, os objetivos pretendidos com esta investigação, as hipóteses desenvolvidas e o modelo usado. Ainda nesta secção são apresentados os resultados, terminando com a análise dos mesmos e as respetivas conclusões.

Parte I – Enquadramento Teórico

1. Revisão de literatura

1.1. O custo de governar

A existência de um custo eleitoral fruto da governação é um facto bem presente na literatura. Os partidos no governo possuem dois aspetos cruciais que os distinguem dos restantes partidos com e sem assento parlamentar. Em primeiro lugar, possuem a autoridade necessária para influenciar, implementar e delimitar as políticas estatais. E em segundo lugar possuem uma responsabilidade clara associada à resolução e respetiva resposta aos problemas percecionados pela população. A perceção da população sobre o desempenho do governo é fundamental para os envolvidos, sendo que, os eleitores que percecionam um deterioramento das suas condições de vida punem o partido no governo e o contrário acontece caso seja percecionado uma melhoria nas suas condições de vida (Garry, 2014). Mesmo em situações onde este não seja o responsável direto, ou pelo menos o único agente envolvido, será o partido (ou os partidos) em funções a responder perante a população. Assim, é possível de argumentar que determinadas decisões produzem resultados, resultados estes que possuem consequências, ou externalidades. Os resultados finais das políticas originam aspetos negativos e positivos, que variam consoante a perceção e impacto no eleitorado. As decisões levadas a cabo pelos partidos estão expostos à avaliação realizada pelos eleitores, e "a ideia de tornar os políticos responsáveis pelas suas decisões é um pilar da democracia" (Tilley & Hobolt, 2011, p. 1) sendo que para os partidos em exercício legislativo esta exposição é ainda maior. Consequentemente, partidos com e sem influência política não são julgados da mesma forma pelo eleitorado, concretamente, os partidos em funções são alvo de maior escrutínio ao nível da consistência entre promessas e performance Strøm (1990; *apud*, Thesen, 2016). A forma institucional de julgamento do desempenho dos partidos políticos por parte do eleitorado é através da realização de atos eleitorais. Neste sentido, a literatura é unânime no que diz respeito à performance eleitoral dos governos incumbentes, sendo que diversos estudos apresentam uma correlação negativa entre o número de votos obtidos e os governos incumbentes (Nannestad & Paldam, 2002; Paldam, 1986; Paldam & Skott, 1995; Powell & Whitten, 1993; Stevenson, 2002). Esta correlação negativa está associada ao desgaste eleitoral sofrido pelo governo em funções ao qual é atribuído o nome "custo de governar".

O custo de governar é definido como sendo uma perda eleitoral esperada para os partidos envolvidos no governo nos atos eleitorais consequentes ao término do seu mandato (Paldam, 1986; Strøm, 1984). Paldam (1986), providenciou as primeiras provas da existência deste padrão negativo associado ao ato de governar. É de realçar que este custo de governar se pode estender até ao nível mais local de governação, com diversos autores a identificarem o custo de governação em atos eleitorais locais (ver, Akarca & Tansel, 2006; Tellier, 2005). Todavia, e como expõe Strøm (1990; *apud*, Thesen, 2016), definir o custo de governar como sendo apenas um desgaste eleitoral, resultado de estar no governo, pode ser falacioso. A ausência de participação formal, como a falta de ministérios e ministros num governo não implica que outros partidos não possam ter responsabilidades pelas políticas desenvolvidas. A relação entre quem se encontra dentro e fora do executivo nem sempre é direta e corresponde perfeitamente à distinção entre partidos com e sem responsabilidade política. Um partido pode não fazer parte do executivo, mas pode exercer influência suficiente para moldar as políticas deste, e como consequência sujeitar-se ao mesmo desgaste eleitoral. E, portanto, é justo que o desgaste eleitoral de governar se possa estender para além dos partidos no governo, para outros partidos desde que estes tenham influência nas decisões elaboradas pelo governo incumbente. Como referem os autores Miller e Curtin (2011, p. 112), persuadir os eleitores de que como o partido não faz parte do governo, então este é imune aos seus erros, é uma camuflagem e obscurecimento das suas responsabilidades. Deste modo, o custo de governar deve ser entendido de forma mais abrangente de maneira a englobar não só os partidos no governo, como também os partidos envolvidos parlamentarmente com o governo.

Não existe um consenso na literatura no que diz respeito ao exato valor do desgaste eleitoral sofrido, com diversos autores a apresentarem diversos valores percentuais, geralmente entre o intervalo dos 1 e 3%. Paldam (1986), quantifica o custo de governar em cerca de menos 1.65% votos obtidos comparativamente ao ato eleitoral anterior para o governo incumbente. Por outro lado, os autores Powell e Whitten (1993) chegam ao resultado médio de 2% e os autores Nannestad e Paldam (2002) quantificarem a perda de votos por parte dos governos incumbentes no valor médio de 2.5%.

1.2. O custo de governar nas diferentes formas de governo

O custo de governar corresponde a uma variação eleitoral negativa, no ato eleitoral consequente para os partidos envolvidos numa determinada governação. No entanto, e como foi possível observar, não

existe um valor único para esta variação. A vasta maioria da literatura, ou pelo menos a mais antiga sobre o custo de governar, assume que este impacto é aplicado a todos os partidos de forma igual (Nannestad & Paldam, 2002; Paldam, 1986; Powell & Whitten, 1993), em muito devido ao facto de os primeiros estudos se focarem em sistemas bipartidários, como os Estados Unidos. Contudo, num sistema multipartidário, nem sempre o governo é composto por um partido, nem apenas existem dois grandes partidos opositores, e nem os partidos são todos similares. Desta forma, alguns autores procuram compreender a realidade do custo de governar em sistemas multipartidários, preocupando-se em demonstrar que existem diferentes custos de governar consoante os diferentes partidos envolvidos num governo e respetiva forma de governo adotada.

Num sistema parlamentar multipartidário temos duas grandes formas de governação resultantes dos atos eleitorais. Uma, onde existe uma situação de maioria e outra onde existe uma situação de minoria. No que diz respeito às soluções de governação em maioria, uma das formas cada vez mais complexas e mais desejáveis de ser alcançada neste tipo de sistemas, é o governo de partido único, no qual apenas um partido controla todos os lugares do governo e detém igualmente controlo da maioria dos assentos parlamentares (Herman & Pope, 1973; Woldendorp et al., 2000). É estimado que o custo de governar para os governos maioritários compostos por apenas um partido ronde os 3% (Hjermitslev, 2018), em linha com o valor apontado pelos autores Powell e Whitten (1993) de 3.6%.

Uma outra forma de governo em maioria assenta por base na coligação de dois ou mais partidos, que juntos controlem mais de metade (50+1%) dos lugares nas respetivas câmaras parlamentares, se esse for o caso (Field, 2016; Herman & Pope, 1973). Podemos ainda ter dois grandes tipos de coligações, as coligações excedentes ou mínimas, dependendo do número de lugares nos respetivos parlamentos garantidos pelos envolvidos (Woldendorp et al., 2000). Quando o custo de governar é analisado por tipo de partido envolvido em coligação, é possível observar uma variedade de resultados. Isto é, quando a unidade de análise são os partidos que o formam, a dimensão e ideologia dos partidos toma um papel central na explicação para os diferentes valores que podemos encontrar. Hjermitslev (2018), conclui que um partido júnior de uma coligação deve esperar perder 2.2% dos votos, face ao ato eleitoral anterior e que o partido do primeiro-ministro numa coligação, por norma o maior, deve esperar perder 1.4% dos votos. Analisando comparativamente a variação eleitoral entre a dimensão dos partidos que compõe uma coligação, vemos uma diferença substancial. Os partidos juniores de coligação, em média, obtêm pior resultado na eleição consequente, à formação da coligação, em comparação com os seus parceiros seniores, (uma diferença de 6%) e que, estes maus resultados apresentados pelos

partidos mais pequenos se estendem, quando comparados com a oposição, com os partidos juniores a receberem em média menos 3% dos votos (Klüver & Spoon, 2019). Adicionalmente, o autor van Spanje (2011), demonstra que o custo de governar varia consoante a ideologia dos partidos em coligação. No seu estudo, concluí que os partidos mais radicais e anti-sistema são os que mais sofrem numa coligação comparativamente com os partidos *mainstream*, uma perda média de 1.83%.

Sendo o estudo das coligações, e apesar de não ser aqui tratado, um tópico já abordado por diversos outros autores, é de salientar o seu importante contributo para melhor compreender os diferentes valores observados do custo de governar. Como é retratado mais à frente, diversos pontos são identificados na procura por uma justificação da diferença de valores para os partidos envolvidos numa coligação. Numa situação de maioria, com um único partido em funções, é expectável que este partido seja responsabilizado pelas medidas desenvolvidas e aprovadas. A mesma expectativa se transpõe para uma situação de coligação, na qual os partidos envolvidos são igualmente responsabilizados pelos desfechos das suas políticas, com os partidos políticos envolvidos a não se conseguirem soltar desta variação eleitoral negativa (Akkerman & de Lange, 2012). No entanto, esta responsabilização não é uniformemente distribuída, variando consoante o contexto, a importância atribuída a cada política e os partidos envolvidos, como é visível nos valores percentuais mencionados em cima.

A segunda solução governativa encontrada em sistemas multipartidários, e cada vez mais frequente, corresponde à governação em minoria. Uma situação onde não existe maioria por parte de um partido e é necessário recorrer a um processo de negociação e de procura de entendimentos parlamentares seja para fornecer apoio no dia-a-dia do governo ou para outros assuntos diversos (Strøm & Müller, 1999). A literatura sobre o custo de governar e os governos minoritários apresenta aspetos interessantes, nomeadamente no que diz respeito ao custo de governar entre os partidos de suporte e ao governo em funções. Woldendorp et al. (2000) distinguem entre governo minoritário de partido único e governo minoritário multipartidário, onde ambos não possuem maioria no parlamento. Os autores Herman e Pope (1973), apontam igualmente as formas atrás mencionadas, com a adição do suporte externo ao governo. Isto é, a existência de um governo de partido único ou uma coligação sem maioria dos lugares parlamentares, mas que é suportado por outros partidos com assento parlamentar. O autor Damgaard (1969), distingue ainda entre governos minoritários com um parceiro "mais ou menos permanente" no parlamento, que lhe fornece apoio e governos que não possuem este parceiro mas que optam por formar uma coligação pós-eleitoral. No que diz respeito ao custo de governar, e tal como acontece com os governos maioritários, é confirmado a existência de uma

variação eleitoral negativa, em cerca de 1.8% para o partido em governo minoritário com partidos de apoio (Powell & Whitten, 1993). Curiosamente, e de acordo com os mesmos autores, os partidos em governo minoritário puro, isto é, sem qualquer parceiro parlamentar reforçam a sua votação, pelo menos no ato eleitoral consequente. Adicionalmente, para Powell e Whitten (1993), os governos minoritários dependentes de apoio parlamentar para a sua continuação em funções e para aprovação de leis são menos propensos a perder votos em atos eleitorais, quando comparado com os governos maioritários, em cerca de 3%. Para os autores, esta diferença existe porque no caso de governos minoritários puros, como o governo não possui uma maioria que lhe permita passar a sua agenda política e tem de procurar apoio de outros partidos pode argumentar perante o eleitorado que só não conseguiu realizar as suas promessas ou fazer determinada política porque os outros partidos com assento parlamentar bloquearam as suas tentativas, procurando assim partilhar a responsabilidade política com os partidos na oposição. No que diz respeito aos partidos de apoio parlamentar, a literatura aparenta não conseguir imputar perdas eleitorais aos partidos de suporte, mas este ponto é analisado com maior detalhe mais à frente.

1.3. As explicações teóricas do custo de governar

Os partidos envolvidos no governo sofrem desgaste eleitoral e consequente perda de votos, no entanto, questões se levantam sobre a razão da existência desta perda, do custo de governar. A literatura procura responder ao porquê da existência de perda de votos para os partidos envolvidos no governo, e realiza-o de duas formas. Uma das formas mais amplamente abordada na literatura, consiste em analisar o governo como um todo, onde são desenvolvidas as principais teorias justificativas do custo de governar. Tal como referido anteriormente, muito associado a sistemas bipartidários, influenciados pelo sistema norte-americano ou a governos maioritários de partido único, em sistemas multipartidários. A outra forma, tem por base uma análise da composição dos partidos que se encontram no governo, aplicável num contexto multipartidário, onde são analisadas as características dos partidos envolvidos na solução governativa. Esta última tem sido cada vez mais usada para compreender a variação do custo de governar por partido, propulsionada, sobretudo pelo estudo de coligações.

1.3.1. As teorias "gerais" explicativas do custo de governar

No que diz respeito à analise do custo de governar como um todo (a unidade de análise é o governo), uma das primeiras teorias explicativas é apontada por Anthony Downs (1957), e posteriormente desenvolvida também por Mueller (1970), a coligação de minorias. Esta teoria assenta na ideia de formação de uma coligação por parte de partidos da oposição, que lhes permita garantir um número suficiente de lugares no parlamento e consequentemente, formar um governo maioritário e assumir a governação. Esta coligação acontece devido às promessas irrealistas e inconsistentes prometidas pelo governo antes da tomada de posse, que com o passar da legislatura, se vão revelando incapazes de serem cumpridas. As diferentes decisões por parte do governo ao longo do seu mandato vão, inevitavelmente, deixar uma pequena parte de eleitores descontente e quanto mais tempo o governo permanecer no poder, mais decisões terá de tomar, repetindo o ciclo. Assim, existe um desgaste da imagem do governo, o que resulta em perdas sucessivas de eleitores, e consequente, numa variação eleitoral negativa. É assim criada uma oportunidade para a oposição construir uma coligação destas minorias descontentes que, com o passar da legislatura, originam uma maioria para a oposição e, quando chegado o ato eleitoral consequente derrubam o governo em funções. No entanto, esta teoria é criticada pelos autores Sigelman e Knight (1983), que criticam o princípio fundamental desta teoria, um princípio implausível e pouco consistente, o de que a oposição se consegue sempre organizar e ter peso político. Green e Jennings (2017) e Wlezien (2016), apontam igualmente dificuldades em aplicar esta teoria devido à ausência de suporte empírico.

Uma segunda teoria é avançada por Paldam e Skott (1995), a *"median-gap theory"* assente na teoria do eleitor mediano e nas preferências de pico único dos cidadãos. De acordo com a teoria desenvolvida pelos autores e mais tarde complementada por Stevenson (2002), aqui um país é visto como sendo um espectro unidimensional entre esquerda e direita, onde dois partidos competem por eleitores e cujas preferências se situam na folga entre as posições defendidas pelos partidos. Nesta teoria, os eleitores (medianos) preferem uma alternância de partidos no governo em deterioramento de uma situação onde exista apenas uma governação contínua de um partido. Assim, o custo de governar corresponde à vontade do eleitor mediano em alternar de governo de acordo com as suas preferências. Stevenson (2002), generaliza as hipóteses avançadas por Paldam e Skott (1995), e adiciona um aspeto, o de que o governo pode ainda recorrer a políticas ideologicamente mais extremas durante o seu mandato salientando, contudo, o impacto negativo no eleitorado, que vai apoiar a oposição, como

resultado das políticas mais extremadas, devido à sua tendência de oscilação em torno do ponto mediano, e agravar as perdas eleitorais. Tal como na teoria anterior, também aqui são apresentadas críticas. O autor van Spanje (2011) e autora Hjermitslev (2018), criticam a limitada aplicação desta teoria, como sendo apenas explicativa do custo de governar num sistema bipartidário e não sendo aplicável num contexto multipartidário.

Uma terceira teoria é avançada por Nannestad e Paldam (2002), a *"grievance-asymmetry theory"*. Para os autores, existe uma assimetria entre a recompensa e punição dos eleitores relativamente ao desempenho do governo. Os autores argumentam que, em média, quando um executivo governa como esperado, algumas variáveis relativas à análise do seu desempenho deterioram-se e outras melhoram. Para os autores, estas variáveis deveriam ter o mesmo peso, e se, o governo governar como esperado, não deveria haver alterações no número de votos relativamente ao ato eleitoral anterior. No entanto, isto não se verifica, com o governo a ser punido de forma mais severa pelo eleitorado quando os indicadores, especialmente os económicos, pioram. Isto acontece porque efeitos de uma mudança positiva são menores do que uma mudança negativa. Os eleitores são avessos à perda e como tal, focam-se mais nos aspetos negativos que se acumulam ao longo do tempo e desta forma punem o governo de forma mais severa do que o recompensam (Nannestad & Paldam, 2002). Na mesma linha de investigação, Green e Jennings (2017), estudam como evolui a avaliação do desempenho do governo por parte dos eleitores ao longo do seu mandato, procurando relacionar com os resultados eleitorais. Estes concluem que as avaliações de *performances* negativas têm um efeito maior no apoio ao governo do que avaliações positivas e que a acumulação de perceções negativas tem um impacto substancial no apoio eleitoral ao governo. Para os autores é espectável que seja dada mais atenção à informação negativa à cerca do desempenho de um governo do que à informação positiva. Isto deve-se não só às estratégias dos partidos na oposição, mas também devido à atenção dada pelos media, pois, segundo estes, a informação negativa é mais provável de ficar guardada na memória do eleitorado e mais atraível para os meios de comunicação, o que origina maior cobertura e exposição ao público. O impacto das notícias negativas sobre o custo de governar é também uma das razões que pode justificar o custo de governar (Thesen et al., 2020). Os autores chegam a essa conclusão após a análise de notícias negativas sobre o desempenho dos governos dinamarqueses, ao longo de 20 anos. Comprovam ainda a existência de uma relação entre o apoio ao governo e notícias recorrentes sobre o desempenho negativo deste, com o suporte ao governo, por parte do eleitorado, a cair com o peso das notícias negativas a se acumularem ao longo do mandato. Adicionalmente, os autores anteriormente mencionados, Green e Jennings (2017), falam num "ponto de saturação". Durante o período de

transição, quando o apoio ao governo é mais alto (nos primeiros meses de governação), os eleitores fazem os seus julgamentos tendo por base o desempenho do governo prévio. No entanto, com o decorrer do mandato, o novo governo começa a ser responsável pelas suas políticas, e como o eleitor é mais suscetível a informações negativas, quando estes definirem a sua opinião sobre o governo, a informação positiva, se existir, tem pouco efeito sobre a sua perceção do desempenho do governo incumbente, pois, a opinião do eleitorado raramente se altera, e por isso, a oposição torna-se numa alternativa cada vez mais realista. Deste modo é expectável uma troca na intensão de voto por parte do eleitorado e assim, surge o custo de governar.

Outros autores procuram justificar a existência do custo de governação como sendo uma reação à inflacionada expectativa dos eleitores, relativamente a um determinado governo, proporcionadas por campanhas eleitorais demasiado ambiciosas ou promessas políticas de difícil execução, que muitas das vezes implica elevadas expectativas junto dos eleitores, semelhantes à teoria da coligação de minorias. Com o decorrer do mandato e a não execução das promessas, o governo desaponta os eleitores, diminuindo assim a sua popularidade e originado o custo de governar (Brittan, 1975; Lundell, 2011; Stimson, 1976). A claridade de alternativas existentes ao partido em funções é outra justificação para o custo de governar, e particularmente importante no que toca a sistemas multipartidários. Powell e Whitten (1993) e Anderson (2000) argumentam que situações onde exista um largo número de partidos de grande dimensão a competir pelo poder torna complicado para os eleitores visionarem uma alternativa ao governo incumbente. Isto acaba por beneficiar muitas vezes este último, com o eleitorado reticente em atribuir o seu voto às alternativas, uma vez que, não é espectável que se obtenha uma solução governativa estável, devido à rivalidade entre os partidos. Os eleitores só penalizam o governo incumbente se conseguirem visualizar uma alternativa estável, e credível que o possa substituir. Para além das teorias e restantes justificações expostas para a explicação do custo de governar, existem autores que analisam o custo de governar por membro envolvido no governo, em vez do governo como um todo.

1.3.2. As diferentes características dos partidos e o custo de governar

A difícil aplicação das "teorias" anteriormente abordadas num contexto multipartidário estão entre as principais críticas feitas às mesmas, juntamente com a ausência de uma análise dos diversos partidos

que compõe o governo e as suas características (Hjermitslev, 2018; van Spanje, 2011). Um foco nos partidos que compõem o governo é especialmente significante num contexto multipartidário onde existe uma pluralidade de diferentes tipos de partidos políticos. As coligações, uma forma de governo muito adotada em sistemas multipartidários têm sido o alvo preferencial de estudo das justificações do custo de governar, e como foi possível de observar, os partidos envolvidos em coligações governativas apresentam diferentes valores para o respetivo custo de governar. Diversos fatores existem para justificar estas variações para os diferentes tipos de partidos, no entanto, dois fatores políticos em específico sobressaem relativamente aos outros, na explicação dos diferentes valores para o custo de governar para os partidos, sendo eles a dimensão dos partidos e a sua ideologia.

O estudo das coligações é uma forma de demonstrar o impacto que estes dois fatores podem ter no custo de governar. As coligações, por norma, dificultam a identificação, por parte do eleitorado dos responsáveis pelas políticas, obscurecem as responsabilidades atribuídas a cada parceiro e como consequência, têm impacto nos resultados eleitorais (Przeworski et al., 2001). Quão maior for o tamanho da coligação, mais complexo e difícil fica a tarefa dos eleitores, uma vez que a relação entre os partidos turva a visão dos eleitores (Fisher & Hobolt, 2010; Garry, 2014; Plescia et al., 2021) e a hipótese de punição do governo incumbente varia consoante a capacidade de identificação de qual é o parceiro de coligação responsável por qual política. Plescia et al. (2021), expõem a dificuldade dos eleitores atribuírem responsabilidades no caso das grandes coligações, compostas por dois grandes partidos, que normalmente não são da mesma família ideológica e que competem entre si pelo voto do eleitorado. Estes autores concluíram que ambos os parceiros de coligação são punidos de forma igual pela perceção do eleitorado de má performance. Já os autores Fisher e Hobolt (2010), mencionam a maior dificuldade para o eleitorado atribuir responsabilidades a governos de coligações compostos por um grande número de pequenos partidos. De acordo com os autores, os eleitores punem mais rapidamente os governos liderados por apenas um partido, quando comparado com governos de coligação. Os partidos mais radicais, por norma partidos de protesto, ou de nicho, acabam por ser os elementos mais penalizados, pois não só apresentam um nível elevado de inexperiência governativa, como também acabam por moderar a sua postura política (Bolleyer et al., 2012). É oportuno realçar que o envolvimento no governo fornece de facto, oportunidades únicas aos partidos de nicho de influenciar e promover as suas políticas (Akkerman & de Lange, 2012). No entanto, este envolvimento vem por regra associado a uma moderação ideológica, moderação esta que penaliza eleitoralmente os partidos de nicho comparativamente com os partidos *mainstream* (Fortunato & Adams, 2015). Esta penalização é semelhante à conclusão desenvolvida por um estudo anterior realizado pelos autores

Adams et al. (2006). Os partidos de nicho, sejam estes ideologicamente à esquerda ou à direita, perdem votos quando moderam a sua posição, sobretudo os partidos da extrema esquerda e comunistas e os partidos populista da extrema direita (van Spanje, 2011), ponto igualmente reconhecido pelos autores Dunphy e Bale (2011), que identificam a existência de perda de votos para os partidos de esquerda radical quando estes integram o executivo em funções. A moderação que estes partidos realizam para se envolver no governo aliena os apoiantes base dos partidos, que percecionam, por um lado, a moderação como sendo uma traição dos princípios nucleares do partido (Adams et al., 2006; Fortunato & Adams, 2015). E em segundo lugar porque o envolvimento no governo reduz o alcance ideológico do governo, com os eleitores a mapearem junto a posição do partido do primeiro-ministro com os parceiros juniores. Sendo retiradas inferências por parte do eleitorado de que os parceiros juniores negligenciaram os princípios base do partido, punindo-os nas eleições, aumentando a perda eleitoral para estes últimos (Duch et al., 2015; Fortunato & Adams, 2015). Quantos mais lugares um partido deter num governo, mais responsabilidades têm pela governação, e como tal, é mais provável que os eleitores punam ou recompensem este partido (Anderson, 2000; Nadeau et al., 2002). Para o autor Garry (2014) e Anderson (2000), os partidos maiores, por norma, o partido do primeiro-ministro, numa coligação são os principais alvos de resposta do eleitorado. É por norma o partido do primeiro-ministro que detém mais lugares e ministérios dentro de uma coligação, e é por regra, o membro mais poderoso da coligação e alvo de maior atenção mediática e como tal, é espectável que seja dos mais penalizados ou recompensados devido ao seu grau de influência sobre as políticas (Duch et al., 2015; Fortunato & Adams, 2015; Klüver & Spoon, 2019). Contudo, e tendo como fundamento, os valores anteriormente mencionados e a literatura, verifica-se a maior penalização dos partidos mais pequenos, os partidos juniores e mais extremados. A literatura relativamente ao custo de governar no que diz respeito aos pequenos partidos, que estão associados a uma coligação é bastante clara, existe uma penalização eleitoral para os partidos juniores, e maior comparativamente com o partido do primeiro-ministro. Em Itália, os autores Verzichelli e Cotta (2003), confirmam a maior suscetibilidade dos pequenos partidos ao custo de governar. Hjermitslev (2018), defende que o custo de governar afeta particularmente os partidos juniores de uma coligação. A autora realça o caso das quebras substanciais de votos no caso de dois partidos de protesto, os Democratas Liberais Ingleses e o Partido Popular Socialista Dinamarquês, que incorreram num substancial custo de governar. Num contexto diferente, nos Países Baixos a mesma queda eleitoral se verificou no caso do *Partij van de Arbeid*, parceiro júnior de coligação (Klüver & Spoon, 2019).

Para Müller e König (2021) os parceiros juniores de uma coligação formal não estão isentos do custo de governar e respetiva penalização eleitoral, uma vez que são membros do governo. Apesar de existirem ganhos de curto prazo, no que diz respeito à aprovação de certas políticas, no longo prazo e, de acordo com as conclusões encontradas, estes partidos apresentam uma performance eleitoral pior do que o partido do primeiro-ministro e do que os partidos na oposição (Klüver & Spoon, 2019). Os eleitores percecionam que as políticas dos partidos juniores se assemelham àquelas do primeiro-ministro, que é por regra do partido maior e *mainstream*, o que encolhe a base de apoio dos partidos juniores, tal como anteriormente abordado. As autoras Klüver e Spoon (2019), referenciam que a falta de poder negocial dentro da coligação coloca os partidos juniores em desvantagem comparativamente com os parceiros seniores, uma vez que, apontam as autoras, os partidos juniores apresentam dificuldades em implementar as políticas prometidas durante a campanha eleitoral, devido à menor capacidade de influenciar o executivo, quando comparado com o partido do primeiro-ministro. Assim, a falta de capacidade de negociação de políticas e respetiva implementação são apontadas como dois dos demais fatores explicativos desta variação eleitoral negativa para os partidos juniores, com a incapacidade de cumprir as promessas junto dos eleitores a penalizarem estes partidos.

É percebível que a capacidade de o eleitorado conseguir atribuir responsabilidades aos membros envolvidos no governo afeta a sua variação nos atos eleitorais consequentes. E por isso, uma abordagem que estude o custo eleitoral associado à governação deve ter em atenção as características de cada partido e a própria forma de governo e não só apenas analisar o governo como uma unidade indivisível. Adicionalmente, qualquer resultado eleitoral vai estar dependente do contexto no qual os cidadãos conseguem atribuir prontamente a responsabilidade por ações políticas ao governo (Nadeau et al., 2002). Diversas variáveis enviesam a perceção pública do desempenho de um governo, o que pode agravar ou beneficiar os partidos, aumentando ou reduzindo o custo de governar, algo espectável considerando que o custo de governar corresponde a uma variação eleitoral e desta maneira, dependente dos votos dos eleitores e respetivos juízos realizados por estes sobre o desempenho partidário. Deste modo, para além das justificações expostas, é preciso compreender quais são as variáveis políticas que afetam a perceção do eleitorado. Powell e Whitten (1993), sugerem a claridade de responsabilidade como tendo um importante efeito condicionador do custo de governar, articulando o impacto que variáveis políticas podem ter na perceção das responsabilidades por parte do eleitorado.

1.4. A claridade de responsabilidade enquanto condicionante do custo de governar

Os autores Fortunato e Adams (2015), especulam que o custo de governar está igualmente associado à forma como os eleitores percecionam as políticas do governo. Uma vez que o custo de governar está associado a uma variação eleitoral, é importante compreender que existem variáveis que afetam a perceção pública do desempenho de um governo[1]. É através da realização de eleições que os eleitores podem penalizar ou recompensar o governo pelo seu desempenho (Tilley & Hobolt, 2011). As eleições apresentam-se assim como uma oportunidade para os eleitores tornarem os governos responsáveis pelas suas ações e políticas desenvolvidas. Contudo, esta "oportunidade" depende da capacidade dos eleitores em atribuir responsabilidade pelos resultados das políticas levadas a cabo pelo governo (Green & Jennings, 2017; Hellwig & Samuels, 2008) e, desta forma, recompensar ou penalizar o governo incumbente. Os eleitores têm de ser capazes de identificar quem são os responsáveis pelas políticas desenvolvidas para conseguirem avaliar a performance e o respetivo desempenho do governo, sobretudo em situações onde existe mais do que um partido envolvido na governação. Os eleitores têm de conhecer e saber o que cada partido no governo defende e o que conseguiu alcançar ao longo do seu mandato (Plescia et al., 2021), tarefa que pode ser dificultada ou facilitada dependendo do grau de claridade de responsabilidade existente.

O conceito de claridade de responsabilidade surge pela primeira vez associado ao campo económico. Neste campo é estudada a relação entre a economia e o voto, o estudo do denominado voto económico (Lewis-Beck, 1988; Nannestad & Paldam, 1994, 2002). Diversos autores abordam o impacto das políticas económicas na popularidade do governo, demonstrando a ligação entre a economia e resultados eleitorais, ainda que com diversos graus de discordância relativamente à magnitude do seu impacto, salientando o peso que o estado económico do país tem sobre o governo em funções. O sentido de voto dos eleitores vai sofrer alterações consoante a perceção da evolução do estado e desempenho económico do país, influenciando os custos de governação para o executivo em funções. Os eleitores que percecionam um mau desempenho ao nível económico vão punir o governo incumbente, e os que percecionarem o contrário vão recompensar o incumbente, fatores como o desemprego e a inflação ajudam a moldar a perceção pública sobre o desempenho do governo (Fiorina, 1978; Johnston et al., 2005; Lewis-Beck, 1988; Wlezien et al., 1997).

[1] A obra de (Arzheimer et al., 2017) elabora um retrato completo de fatores que afetam a participação eleitoral e o sentido de voto dos eleitores.

Para Powell e Whitten (1993), o contexto político exerce influência substancial sobre o voto. De acordo com os autores, a complexidade institucional e política mancha as linhas de responsabilidade e dificulta o ato de tornar responsável o governo pela performance económica por parte do eleitorado. Anderson (2000, p. 155), que procura complementar a obra de Powell e Whitten (1993), define a claridade de responsabilidade como sendo a capacidade de identificação por parte dos eleitores de quem é que tem o poder para elaborar e tomar decisões. Outros autores como Palmer e Whitten (1999) e Anderson e Evans (2006) também concluem que o contexto político influência e estrutura a forma como os eleitores punem e recompensam os governos.

A literatura avança com diversas variáveis políticas que podem influenciar a perceção dos eleitores e a consequente claridade de responsabilidade, demonstrando que em situações onde a claridade de responsabilidade é menor, é mais difícil a atribuição de responsabilidades. A penalização eleitoral para os partidos envolvidos é menor, originando consequentemente um custo de governar menor.

A claridade institucional, também definida como a concentração de poder institucional, isto é, a dispersão de poder quer a nível horizontal, quer a nível vertical é apontado como um fator influenciador da claridade de responsabilidade governativa (S. Hobolt et al., 2013) (Garry, 2014). Para os autores, a distribuição do poder executivo (a nível horizontal entre o executivo e o parlamento e a nível vertical, entre um governo federal e estatal ou entre um presidente e o parlamento), leva em ambos os níveis à dispersão do poder por diversos atores políticos, o que dificulta a tarefa do eleitorado em atribuir responsabilidades. Os autores Hellwig e Samuels (2008) e Wlezien (2016) correlacionam a claridade de responsabilidade com as tipologias dos regimes. Tal como os autores mencionados anteriormente, argumentam que a separação de poderes nos diferentes regimes presidenciais, semipresidenciais e parlamentares afeta a capacidade dos eleitores fazerem um julgamento claro da performance do governo. Os sistemas presidenciais dividem o controlo da política governamental entre o presidente e o governo. A influência dos dois atores torna mais difícil a atribuição de responsabilidades pelas políticas levadas a cabo e, portanto, é expectável que o custo de governar seja menor do que num sistema parlamentar (Wlezien, 2016). Por outro lado, nos sistemas parlamentares existe pouca dúvida sobre o controlo das políticas formuladas, com o poder concentrado nas mãos do governo, facilitando a atribuição de responsabilidades por parte do eleitorado (Wlezien, 2016). Powell e Whitten (1993), apontam também a fraca coesão partidária do maior partido em governação e o controlo por parte da oposição de lugares em órgãos de tomada de decisão como sendo igualmente fatores que contribuem para a oscilação da claridade de responsabilidade. Para os autores, a coesão intrapartidária é uma das

causas que motiva o voto num partido e que, a ausência desta, compromete as suas hipóteses eleitorais. No sentido inverso, quando o governo partilha lugares com responsabilidade política este será menos penalizado pelo eleitorado, devido ao envolvimento de outros partidos, sobretudo quando envolve partidos da oposição na tomada de decisão. A duração do mandato do governo é igualmente um fator de impacto na claridade de responsabilidade. Stevenson (2002), defende que com o aumento do tempo em funções, o governo incumbente incorre num maior custo de governação. A perceção política do eleitorado relativamente ao desempenho do governo não sofre alterações significantes se este estiver pouco tempo em funções e, portanto, quanto menor for a duração do mandato, menor é o tempo disponível para o eleitor avaliar as políticas levadas a cabo e menor é a capacidade de avaliar o desempenho do governo (Bengtsson, 2004). Com o prolongar do mandato, os eleitores vão conhecer a natureza do governo e como tal, vão tornar o governo responsável pelas suas políticas na altura de exercer o direito de voto (Nadeau et al. 2002). Os autores Palmer e Whitten (1999), mencionam o peso desta variável específica para os governos minoritários, realçando uma correlação negativa, exceto em situações de governação de curto prazo, quando ocorrerem eleições após um curto período de tempo da formação do governo minoritário. Para os autores, os eleitores tendem a recompensar os partidos incumbentes por demonstrarem competência e servirem enquanto *caretakers* entre eleições. Porém realçam a correlação negativa, entre a duração do mandato e o consequente ato eleitoral, quando a solução governativa se estende no tempo. Para os autores, a ausência do controlo de uma maioria diminui a claridade de responsabilidade, limita a sua competência legislativa e obriga a compromissos com partidos externos de forma a tentar conseguir passar o seu programa, causando no eleitorado uma perceção de ineficiência por parte do governo. Consequentemente, os eleitores sentir-se-ão frustrados e acabam por punir o partido incumbente, preferindo votar em outros partidos com maior chance de conseguir obter uma maioria.

1.5. O caso peculiar dos partidos de suporte

1.5.1. Os partidos de suporte e os acordos parlamentares

Os acordos de apoio parlamentares são realizados com o objetivo de garantir estabilidade ao governo em funções, permitindo a este último governar em situação minoritária com o apoio de partidos com assento parlamentar, que permitam ao partido em funções chegar à maioria necessária para fazer cumprir a sua agenda nos respetivos parlamentos. Estes partidos que fornecem apoio parlamentar ao

governo são conhecidos como partidos de suporte. Apesar de ser um conceito discutido na literatura, os partidos de suporte podem ser definidos como sendo aqueles partidos que, diretamente através do seu comportamento contribuem para a existência de um governo minoritário, aprovando ou abstendo-se em determinadas decisões a favor do governo (Bäck & Bergman, 2016). Esta caracterização vem complementar uma outra já avançada pelos autores Bale e Dann (2002), que caracterizavam os partidos de suporte como sendo aqueles partidos cujos custos eleitorais aparentes de pertencer a um governo são maiores do que os ganhos. Em adição, autores como Thesen (2016) dão um importante contributo no que diz respeito à distinção entre os diferentes tipos de partidos de suporte que podemos ter. O autor faz uma distinção entre os dois tipos de partidos de suporte existentes. Os *"support parties proper"*, partidos da oposição que pertencem ao bloco do governo, que se envolvem nas políticas legislativas e procuram regularmente o desenvolvimento e negociação de políticas com o executivo e os *"bloc support parties"*, partidos da oposição que pertencem ao bloco do governo, mas não oferecem apoio específico ao governo em funções, ao nível das políticas.

Os acordos de apoio parlamentar entre o governo e os partidos externos a este são da mais diferente ordem. A literatura elabora um retrato substancial sobre os tipos de acordos de apoio parlamentares existentes. Os autores Powell e Whitten (1993) estão entre os primeiros a reconhecerem a influência que os tipos de acordos assinados, ou a ausência destes entre os partidos, podem ter efeito sobre os resultados eleitorais. Estes acordos, podem ter por base anúncios públicos, comunicados à imprensa conjuntos ou contratos escritos publicados, entre outras variações (Thürk, 2021). É possível traçar uma distinção das diferentes tipologias de acordos que podem ser celebrados, divergindo entre acordos formais e não-formais. De um lado temos acordos escritos formais, quase institucionalizados. Aqui podemos encontrar os acordos pré-negociados, desenvolvidos antes da formação de qualquer governo, acordos de apoio parlamentar compreensivos e explícitos, mas que não necessitam de estar escritos (Strøm, 1990, *apud*, Thesen, 2016). Um outro tipo de acordo formal é o caso do parlamentarismo de contrato, também conhecido como "acordo de confiança e oferta" (Thürk, 2021, p. 10). Este tipo de contrato assenta em bases semelhantes aos acordos referidos em cima. Também consiste num governo minoritário, seja este um partido ou uma coligação, no qual este assina um contrato explícito com os parceiros parlamentares, um ou mais partidos de suporte. No entanto, verifica-se um maior grau de formalização e institucionalização das relações entre os envolvidos, devido às negociações que ocorrem entre as partes. Como as autoras Krauss e Thürk (2021) expõem, este tipo de contrato não difere substancialmente do racional por trás das coligações, devido à vinculação existente. O parlamentarismo de contrato não só implica a existência de pelo menos um contrato explícito e público

como compromete os envolvidos para além de um assunto específico, e temporário, sendo visto como solução de longo prazo (Bale & Bergman, 2006a). Adicionalmente, este tipo de contrato implica que os partidos de suporte não apoiem uma moção de censura contra o governo, e que apõem o governo em situações de voto cruciais, como a aprovação do orçamento, sendo-lhes permitido em troca influência sobre determinadas políticas (Bale & Bergman, 2006a; Krauss & Thürk, 2021; Thürk, 2021). Por outro lado, temos os acordos informais, diretamente relacionados e dependentes apenas do comportamento dos partidos de suporte face a determinadas políticas, caracterizados pela ausência de um compromisso compreensivo ou explícito, mas que, no entanto, garantem estabilidade governativa (Anghel & Thürk, 2021; Bäck & Bergman, 2016; Herman & Pope, 1973; Powell, 1982).

1.5.2. A dificuldade de imputação do custo de governar

Para além do trabalho desenvolvido por Thesen (2016), pouca literatura existe relativamente à ligação entre o custo de governar e os partidos de suporte, sendo os partidos de suporte diversas vezes mencionados noutros trabalhos, nomeadamente sobre o tópico dos acordos de apoio parlamentar (ver, Anghel & Thürk, 2021; Bale & Bergman, 2006a, 2006b; Krauss & Thürk, 2021; Thesen, 2016; Thürk, 2021). Adicionalmente, o estudo dos partidos de suporte é focado sobretudo nas explicações e motivações destes para integrar soluções governativas minoritárias (ver, Bassi, 2017; Christiansen & Pedersen, 2014; Dunphy & Bale, 2011; Thesen, 2016; Warwick, 1995). Deste modo, existe espaço para a exploração da ligação entre o custo de governar e a sua possível expansão (*spillover*) para os partidos de suporte. A literatura existente assume que as políticas do governo podem ser influenciadas pelos partidos de suporte, enquanto que a sua identidade e prestação eleitoral é mantida (Bale & Dann, 2002; Dunphy & Bale, 2011). Algo que deve ser questionado, até porque se o envolvimento dos partidos de suporte na formulação de medidas for substancial, seria expectável que esta forma de governar não fosse tão diferente de uma coligação (Strøm, 1984).

Todavia, existem dificuldades em correlacionar o custo de governar com os partidos de suporte. A claridade de responsabilidade, nomeadamente a partilha de responsabilidades através de acordos parlamentares é um dos fatores teóricos apontados e que contribui para esta explicação. Quando não existe clareza sobre a responsabilidade pelas politicas desenvolvidas existe dificuldade na capacidade do eleitorado em atribuir culpas pelo desfecho destas (Thesen, 2016). O autor aponta que a ausência de responsabilidade formal dos partidos de suporte é um aspeto importante no afastamento do custo

de governar. A posição destes partidos permitem reclamar crédito por determinadas políticas, onde estes deixaram a sua marca, mas simultaneamente permite-lhes desviarem-se de medidas menos populares perante a população, algo não possível para o governo em funções (Thesen, 2016). E a literatura parece refletir a dificuldade em imputar aos partidos de suporte o custo de governar. As conclusões apresentadas por Stevenson (2002), após a análise de eleições na Escandinávia entre os anos de 1977 e 2014, demonstram esta dificuldade, com os partidos de suporte a manterem a sua percentagem de votos, evitando a perda de votos e o consequente custo de governar pelo seu apoio ao governo. Bengtsson (2004), aborda também a questão da influência exercida pela claridade de responsabilidade, neste caso a falta dela no apoio parlamentar fornecido ao governo. Para o autor, o apoio parlamentar ofusca o processo de tomada de decisão no caso de governos minoritários e coligações sem maioria, devido ao constante processo negocial que tem de existir entre os parceiros. Este ponto é reforçado por Thesen (2016), que apesar de reconhecer o impacto que os diversos acordos de apoio parlamentar podem ter sobre a perceção do eleitorado no que diz respeito à atribuição de responsabilidades, e respetiva dificuldade em penalizar os envolvidos, os partidos de suporte conseguem evitar o custo de governar, ainda que não similarmente. O autor conclui que os *"support parties proper"*, têm pior desempenho eleitoral comparativamente aos *"bloc support parties"*. Para Thesen (2016), a implicação de maior envolvimento no governo e respetivo grau de influência sobre as políticas, condiciona o apoio eleitoral dos partidos de suporte. O autor depois da análise de 30 eleições entre 1981 e 2014 na Dinamarca, Suécia e Noruega, chega a diferentes conclusões relativamente à variação eleitoral afeta aos partidos de suporte. Primeiramente, salienta o ganho dos partidos de suporte em 0.1 pontos percentuais, enquanto os partidos no governo sofrem uma perda de 3.6 pontos percentuais. O autor salienta ainda o melhor desempenho dos partidos de suporte em 1.7 pontos percentuais face aos partidos em funções. Contudo, quando é considerado o tipo de apoio dado pelos partidos de suporte, é notável a existência de uma pior performance eleitoral dos partidos mais próximos do governo e com maior influência sobre as políticas. Para os *"support parties proper"*, a variação é praticamente nula, com estes partidos a copiarem os resultados obtidos nas eleições anteriores. Já os *"bloc support parties"*, não envolvidos na negociação de políticas, aumentam a sua percentagem eleitoral de votos em 1.5 pontos percentuais. Consequentemente, Müller e König (2021), Thesen (2016) e os autores Dunphy e Bale (2011) apontam a ausência do custo de governar para estes partidos. Para os autores, apesar dos partidos de suporte conseguirem influenciar as políticas do partido em funções, devido à sua posição enquanto garantidores da continuação deste em exercício, o seu não envolvimento direto no governo, isto é, a sua independência do governo, faz com que os

eleitores não lhes consigam atribuir responsabilidades e, desta forma, ficam isentos do custo de governar, não conseguindo, contudo, aumentar a sua percentagem de votos, permitindo simultaneamente a manutenção da sua imagem ideológica e reputação (Fortunato & Adams, 2015). Um contraste com o que acontece com os parceiros juniores de uma coligação formal, alvo do custo de governar (Fortunato & Adams, 2015; M. Müller & König, 2021). No entanto, é de esperar que um envolvimento na tomada e elaboração de determinadas decisões seja acompanhado de responsabilidade política pelo respetivo resultados destas decisões (Anderson, 2000), semelhante ao que acontece no caso dos partidos juniores numa coligação. Segundo o estudo desenvolvido pelos autores Miller e Curtin (2011) nos partidos neozelandeses, é possível observar uma situação onde o custo eleitoral de apoiar o governo através de votações no parlamento e negociação de algumas políticas, via acordo de suporte, acarretou perdas eleitorais para o partido *United Future*. E como é possível observar pelos resultados apresentados por Thesen (2016), existe claramente maior penalização dos partidos de suporte mais envolvidos em negociação de políticas com o governo, deixando a possibilidade da existência de um custo de governar, num outro contexto. Adicionalmente, numa análise mais detalhada e mais sensível, relativamente aos dados que produzem os resultados que afirmam o pior desempenho dos partidos de suporte mais envolvidos na negociação de propostas face aos outros partidos de suporte, o autor depara-se com uma variação eleitoral negativa, em cerca de 0.3 pontos percentuais, para os *"support parties proper"* que negociaram, em determinados mandatos eleitorais, os orçamentos de estado. O autor justifica estes dados como sendo dependentes do nível de influência política que um partido de suporte consegue exercer e da forma como este consegue escapar às tensões eleitorais.

2. Contextualização do Estudo

Antes de abordar a metodologia utilizada, é importante contextualizar o espaço temporal e físico no qual esta investigação se fundamenta, neste caso, Portugal. Para explorar a relação entre o custo de governar e os partidos de suporte, foram utilizados dados relativos às eleições legislativas. É assim imperativo perceber o contexto envolvente aos atos eleitorais, especialmente os mais recentes. O parlamento português é eleito seguindo um sistema proporcional, no qual os mandatos são distribuídos proporcionalmente, utilizando o método de *Hondt* para distribuir os mandatos de cada partido de acordo com os votos obtidos nos círculos eleitorais, beneficiando os partidos maiores nos círculos com

menor peso e permitir o aparecimento de um maior número de partidos nos círculos eleitorais de maior peso. Consequentemente origina uma fragmentação maior do parlamento, e respetivo aumento na possibilidade de ocorrência de governos minoritários e forças políticas no parlamento. O surgimento desta tipologia é influenciado pela falta de um parlamentarismo positivo em Portugal, isto é, para um governo tomar posse, precisa apenas de evitar a rejeição do seu programa por uma maioria absoluta no parlamento (Fernandes et al., 2018). Em Portugal, soluções de governação minoritária não são novidade, basta ver os governos do Partido Socialista de (1976, 1995, 1999 e 2009) e os do Partido Social Democrata (1985). Contudo, estes governos, nunca conseguiram, em primeiro lugar, arranjar apoio para além do próprio partido no parlamento, e como consequência não conseguiram cumprir o seu mandato até ao fim, excetuando o governo liderado por António Guterres de (1995-1999). O governo minoritário do PS em 2015 vem contrariar esta tendência de instabilidade dos governos minoritários em Portugal e simultaneamente traz consigo pela primeira vez para a política nacional a assinatura de acordos escritos de suporte com partidos com assentos parlamentares externos ao governo.

A crise económica de 2008 teve ramificações importantes para os sistemas políticos dos países europeus, sobretudo nos países da Europa do Sul (De Giorgi & Santana-Pereira, 2020). A crise da zona euro alterou a paisagem política na Europa com o crescimento de partidos críticos da austeridade e opositores aos partidos tradicionais (Freire, 2021; S. B. Hobolt & Tilley, 2016). Associado a uma crescente dívida pública, a crise económica atingiu particularmente forte Portugal, com o país a recorrer à ajuda externa (um resgaste financeiro) em 2011 para lidar com os problemas financeiros. Inevitavelmente, o resgaste financeiro veio com a implementação de fortes medidas de austeridade, criando consequências ao nível social e económico, bem como ao nível político. O governo PS que vinha a governar o país desde 2005, perante o difícil estado económico do país, acaba por sofrer um dos piores resultados da sua história, punido por uma avaliação forte de mau desempenho por parte dos eleitores (Fernandes et al., 2018; Santana Pereira, 2016). Culpabilizando o governo pelo mau estado económico do país, levando à sua queda em 2011, os eleitores deram a vitória à oposição, com o PSD a vencer as eleições e a governar em coligação com o CDS-PP, para alcançar a maioria absoluta e implementar as medidas previstas no memorando de entendimento com os credores estrangeiros. O ano de 2015 viria a apresentar uma novidade para o espectro político português. Pela primeira vez, o partido (neste caso coligação) com o maior número de votos e assentos parlamentares não fez parte do governo consequente. Apesar de ser uma eleição legislativa, sem aparente diferença no padrão até aqui observado na democracia portuguesa, com as eleições de 2015 a darem vitória à coligação que

vinha a governar Portugal desde o mandato anterior, a coligação Portugal à Frente, composta pelo Partido Social Democrata (PSD) e o Partido do Centro Democrático Cristão – Partido Popular (CDS-PP) a conseguir 36.86% dos votos do eleitorado nacional, seguido do Partido Socialista (PS) com 32.31%, o Bloco de Esquerda (BE) com 10.19%, a coligação do Partido Comunista Português (PCP) com o Partido Ecologista os Verdes (PEV), a (CDU), com 8.25% e por último o Partido Animais e Natureza (PAN) com 1,39%. Desde 1985 que o somatório dos votos obtidos por PS, PSD e CDS-PP não era tão baixo, com os partidos "anti austeridade" no parlamento a saírem reforçados do ato eleitoral, sobretudo o BE (Giorgi & Santana-Pereira, 2016). Apesar da obtenção do maior número de votos, para a coligação PAF a vitória seria de curta celebração. Após a sua tomada de posse, enquanto governo minoritário, o seu mandato tornar-se-ia no mais curto de sempre da democracia nacional, durando apenas 11 dias, devido a uma moção de rejeição no parlamento que fez assim cair o governo de coligação.

Os resultados eleitorais e nova composição do parlamento permitiam dois cenários pós-eleitorais possíveis. Uma possível coligação de centro com o Partido Socialista ou então uma solução que nunca tinha sido usada na democracia portuguesa, "um partido perdedor", neste caso o PS, formar um governo apoiado pelos partidos de esquerda garantindo a maioria dos assentos parlamentares e a estabilidade necessária para governar. Estes cenários ocorrem, devido à perda de deputados por parte dos partidos então membros do governo, com o PSD e o CDS a perderem em conjunto 25 deputados face a 2011, e o ressurgimento da esquerda com o BE, o PCP/PEV e o PS a ganharem 24 deputados. Juntamente com o descontentamento geral com as políticas de austeridade que levaram a esta queda e respetiva perda da maioria dos assentos parlamentares para o governo incumbente (Giorgi & Cancela, 2021).

Tabela 1: Votos e deputados eleitos nas eleições legislativas de 2011 e 2015 para os principais partidos

	PS	**BE**	**CDU (PCP+PEV)**	**PSD**	**CDS-PP**
% Votos em 2011	28.06	5.17	7.91	38.65	11.70
Deputados eleitos	74	8	16	108	24
% Votos em 2015	32.31	10.19	8.25	38.57 (coligação PAF)	
Deputados eleitos	86	19	17	89	18

Fonte: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna

A solução adotada seria a última. O impacto da crise económica, causado nomeadamente pelas medidas de austeridade impostas pelo governo de centro-direita é um dos fatores que explica a adoção desta solução governativa (Lisi, 2016). Um governo minoritário do PS apoiado nos partidos mais à esquerda, o PCP o PEV e o BE. Ao contrário de outros países do Sul da Europa, nunca a esquerda radical havia conseguido estabelecer cooperação institucional ao nível nacional, em grande parte devido às diversas divergências ideológicas e históricas entre os partidos à esquerda (Jalali et al., 2020; Lisi, 2016). Apesar de serem partidos ideologicamente próximos, PCP e BE são ambos da família da extrema esquerda, apresentam porém, posições bastantes diferentes em diversos aspetos programáticos (Santana Pereira, 2016). De acordo com dados retirados do *dataset* do *Manifesto Project*[2], verifica-se a diferente posição dos partidos, com ambos os partidos ainda que presente no espectro da extrema-esquerda, a possuírem diferentes evoluções, marcadas pela posição mais à esquerda do espectro político do Bloco, comparativamente ao PCP. A evolução comparativa pode ser vista na sua totalidade no anexo I. De forma sucinta, ambos os partidos defendem um reforço do investimento público e direitos sociais, uma maior justiça na distribuição de rendimentos entre capital e trabalhadores, ancorados num estado com um papel forte na economia e sociedade (Lisi, 2016). No entanto, e apesar de possuírem fortes posições anticapitalistas, as diferenças entre os partidos são visíveis. O BE, formado no final dos anos 90, fruto de uma aliança entre antigos maoistas, trotskistas e antigos dissidentes do PCP, tem procurado reformar a democracia ainda que aceitando as principais instituições liberais, reforçado os canais de participação política e apoiado num novo modelo de transnacionalismo baseado em movimentos político-sociais para um diferente tipo de globalização, numa tentativa de criar uma alternativa de esquerda para a Europa, sendo critico atual da integração europeia (Freire, 2021). Já o PCP, é um dos restantes partidos comunistas com expressão da europa ocidental, mais crítico da democracia liberal e da União Económica e Monetária, bem como da globalização (Freire, 2021). Porém e apesar das diferentes perspetivas à esquerda, a solução governativa alcançada consistiu em compromissos entre os partidos. Uma assinatura de acordos bilaterais, individuais, denominados de "posição conjunta" entre o PS e cada um dos respetivos partidos com assento parlamentar à sua esquerda. Realidade contrastante com a vasta maioria dos acordos de governação assinados nos países europeus, com a ausência de apenas um único acordo multilateral (Fernandes et al., 2018). Estes acordos bilaterais assinados são uma ilustração do de que

[2] Os dados do *Manifesto Project* fornecem à comunidade científica dados relativos às posições políticas dos partidos, fruto de uma análise de conteúdo dos respetivos manifestos eleitorais (Volkens et al., 2021). O *Manifesto Project*, é um projeto financiado por um fundo proveniente da Fundação Alemã da Ciência e continua o trabalho do *Manifesto Research Group* e do *Comparative Manifestos Project*.

os autores Bale e Bergman (2006a) intitularam de parlamentarismo de contrato, ainda que com algumas variações.

O governo do PS assinou três acordos bilaterais e públicos com os diversos partidos, nos quais estes se comprometem para além de um assunto específico e temporário, salientando o compromisso entre os partidos de não aprovar eventuais moções de rejeição ou censura por parte da direita no parlamento e a apreciação conjunta dos orçamentos de estado com o intuito da sua aprovação. No caso português, isto permitiu ao governo socialista criar relações institucionalizadas com os partidos de suporte, frequentemente havendo reuniões entre o PS e cada um dos respetivos parceiros e com os acordos a focarem-se em diversos tópicos (Fernandes et al., 2018; Giorgi & Cancela, 2021).

Os três documentos são relativamente curtos, e juntamente com os respetivos apêndices contêm cerca de 174 propostas, das quais 97 são únicas e 77 são repetições (Giorgi & Cancela, 2021), disponíveis no anexo II. No entanto, e apesar de serem acordos separados, muito do seu conteúdo sobrepõe-se. Os acordos começam com uma avaliação da situação política e interpretação dos resultados como sendo uma rejeição das políticas levadas a cabo pelo governo anterior. Depois são listadas as medidas acordadas pelos signatários, com muitas das medidas a terem o objetivo de reverter as políticas tomadas durante o período da austeridade. Adicionalmente, nestes acordos existem um número significativo de promessas concretas, perto dos 50% do total no acordo assinado com o PEV e PCP, e 58% no acordo assinado com o BE, demonstrando o esforço realizado para haver um foco em propostas políticas mais concretas do que simbólicas, apesar da existência ainda de objetivos mais gerais (Giorgi & Cancela, 2021; Jalali et al., 2020). Ao analisar as votações no parlamento é notável o envolvimento dos partidos de esquerda com o governo. De acordo com os autores Giorgi e Cancela (2021) e Jalali et al. (2020), os parceiros de esquerda votaram a favor de 80% das medidas do governo no parlamento entre 2015-2019, incluindo a viabilização dos orçamentos do estado.

O governo do PS, (2015-2019) provou ser marcado por estabilidade e resiliência, com o governo socialista a perseguir o seu objetivo de romper com a austeridade levada a cabo nos anos anteriores, simultaneamente balanceando as contas públicas (Fernandes et al., 2018). No entanto, a solução encontrada pela esquerda portuguesa não foi continuada. No rescaldo das eleições legislativas de 2019, o parlamento português ficou ainda mais fragmentado, com o aparecimento de novas forças políticas, sobretudo à direita. No que diz respeito aos partidos envolvidos na solução governativa de 2015-2019, o PS reforçou a sua votação e respetiva representação parlamentar, ao contrário do

verificado nos seus parceiros, com o BE e PCP a perderem votos, mas com o BE a conseguir manter os seus deputados, e o PCP a perder 5.

Tabela 2: Votos e deputados eleitos nas eleições legislativas de 2015 e 2019 para os principais partidos

	PS	**BE**	**CDU (PCP+PEV)**	**PSD**	**CDS-PP**
% Votos em 2015	32,31	10.19	8.25	38.57	38.57
Deputados eleitos	86	19	17	89	18
% Votos em 2019	36.34	9.52	6.33	27.76	4.22
Deputados eleitos	108	19	12	79	5

Fonte: Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna

De acordo com os autores Jalali et al. (2020), os resultados eleitorais de 2019 sugeriam um apoio dos eleitores para a construção de uma nova "geringonça". Todavia, uma repetição da solução não foi verificada. Por um lado, o PCP excluiu essa possibilidade antes do ato eleitoral, adicionalmente, os votos conjuntos do BE e PS, permitiam uma nova edição da geringonça com ambos os líderes partidários a admitirem essa possibilidade. No entanto, essa possibilidade não se concretizou, com os dois lados a culpabilizarem-se pela ausência de um acordo dias antes do ato eleitoral (Jalali et al., 2020). O novo governo seria então, um governo minoritário do PS, sem qualquer apoio dos partidos de esquerda, governo este que só duraria dois anos, de 2019 a 2022, com o chumbo do orçamento do estado para 2022, com os votos contra dos antigos parceiros de geringonça, apesar de o BE já ter votado contra a aprovação do orçamento de estado de 2021.

Parte II – Enquadramento Empírico

1. Design da Investigação

1.1. Objetivo de investigação

A revisão de literatura procurou explicitar e contextualizar o estado da arte relativamente ao custo de governar e os partidos de suporte com três grandes propósitos. Procurar perceber que o custo de governar varia consoante a forma de governo, e que este custo não é uniforme para os partidos envolvidos. Compreender que as teorias atualmente existentes apresentam limitações que tornam difícil a sua aplicação e, portanto, características individuais dos partidos devem ser tidas em conta. Adicionalmente, procurou demonstrar que mesmo não fazendo parte de um governo, os partidos de suporte possuem responsabilidades políticas, e que desta forma, também podem ser contabilizados pelas medidas implementadas pelo governo. A seção anterior permitiu também delimitar a investigação, identificando lacunas e permitindo a construção de hipóteses que são testadas neste capítulo, hipóteses relacionas com a relação entre os partidos de suporte e o custo de governar.

Deste modo, neste capítulo, é apresentado o objetivo da investigação, as hipóteses desenvolvidas e o respetivo método de operacionalização da investigação.

A revisão de literatura, verifica a dificuldade de associar e imputar a perda eleitoral associada ao governo aos partidos de suporte quando estes fornecem apoio parlamentar. Argumentando, primeiramente, a ausência de real poder para elaborar legislação e implementá-la, devido à sua ausência formal do governo. E em segundo lugar, a dificuldade dos eleitores em atribuir responsabilidades políticas aos partidos de suporte, devido à não identificação de quem é o responsável por qual política, sobretudo em situações de baixa claridade institucional. Porém, e como foi mencionado, pouca literatura existe sobre os possíveis custos de governar para os partidos de suporte, fruto do seu envolvimento na governação, sobretudo quando consideramos uma definição de custo de governar mais abrangente.

A presente investigação tem por principal objetivo perceber se o custo de governar também pode afetar os partidos de suporte. Tendo por base este objetivo, foi elaborada a seguinte questão de investigação: São os partidos de suporte alvo do custo de governar pelo apoio fornecido a um governo minoritário? Esta investigação procura igualmente compreender dois objetivos secundários. Compreender se o

custo de governar pode ser mais intenso em determinadas situações, variando consoante a existência e tipologia do acordo de cooperação e a própria ideologia dos partidos envolvidos.

1.2. As hipóteses de investigação

Tendo em conta os objetivos desta investigação, bem como a pergunta de investigação, foram formuladas as seguintes hipóteses:

H1: Os partidos de suporte são alvo do custo de governar.

Apesar de não possuírem responsabilidade formal, devido à sua ausência de lugares no executivo, é inegável a existência de responsabilidades políticas por parte dos partidos de suporte, que através da sua posição e ações garantem a sustentabilidade do governo e em certos casos até a definição de políticas concretas, e, portanto, devem ser igualmente responsabilizados pelas políticas desenvolvidas pelo executivo (M. Müller & König, 2021). Adicionalmente, existe a tendência do eleitorado culpar o governo e os seus parceiros parlamentares, quer sejam estes responsáveis ou não pelas políticas desenvolvidas (Thesen, 2016). Deste modo, mesmo não fazendo parte do governo, é expectável que exista uma espécie de *spilover effect* no que diz respeito ao custo de governar, expandindo-se até aos partidos de suporte.

H2: A existência de um acordo escrito, explícito e público agrava o custo de governar para os partidos de suporte.

A literatura reconhece o impacto que os tipos de acordos de suporte podem ter no custo de governar (Powell & Whitten, 1993; Thesen, 2016). Tal como acontece com as coligações (formais ou informais), é expectável que o custo de governar varie consoante a existência ou não de acordo assinado, a respetiva tipologia e envolvência no processo governativo. A existência de um acordo escrito, público e explícito relativamente às áreas de intervenção política dos partidos de suporte implica uma maior exposição pública, devido à maior claridade de responsabilidade política e grau de envolvimento destes últimos. Assim é expectável que, nesta situação, se verifique uma maior penalização eleitoral dos partidos de suporte devido à tipologia de acordo existente. Com um acordo escrito, público e explícito nas áreas de intervenção dos partidos de suporte, estes, passam a assumir igualmente responsabilidades pelos desenvolvimentos legislativos nessas áreas políticas, devido às negociações que decorrem para garantir a existência de um apoio parlamentar (Anghel & Thürk, 2021; Thürk,

2021). Desta forma, os partidos envolvidos conseguem apontar responsabilidades e conquistas perante o eleitorado, devido à existência pública destes acordos. Adicionalmente, não conseguem tão facilmente se desviar das suas responsabilidades na criação das políticas, funcionado praticamente como parceiros de coligação, permitindo a imputação de responsabilidades por parte do eleitorado e, consequente, maior exposição ao custo de governar.

H3: O partido de suporte ideologicamente mais extremo é o partido de suporte com maior penalização eleitoral.

Os membros ideologicamente mais extremados são os partidos mais punidos eleitoralmente e afetados pelo custo de governar numa coligação (Bolleyer et al., 2012; van Spanje, 2011). Os partidos de nicho e de protesto, por regra partidos juniores, para se envolverem em soluções governativas, por norma moderam o seu discurso, o que pode levar a uma alienação dos militantes e apoiantes do partido, prejudicando-os eleitoralmente, justificado por uma perceção por parte dos eleitores de uma convergência ideológica com o partido do primeiro-ministro (Fortunato & Adams, 2015). Deste modo, e tendo por suporte o que acontece nas coligações, numa situação onde a envolvência parlamentar exista é expectável que o partido mais extremado seja o mais prejudicado eleitoralmente pelo seu apoio e envolvimento com o partido no governo.

1.3. O método de investigação

Para responder à pergunta de investigação e respetivas hipóteses é considerado o contexto português, nomeadamente a solução governativa de (2015-2019) frequentemente apelidada como "geringonça". A análise realizada tem por base dois períodos: um período pré-geringonça (1976- 2015) e um período pós-geringonça (2019-2022) onde é investigado, recorrendo a um modelo estatístico, o impacto que o apoio parlamentar fornecido (pela via dos respetivos acordos assinados) por parte dos partidos BE, PCP e PEV ao governo do PS durante a "geringonça" (2015-2019) teve no seu desempenho eleitoral. Possibilitando compreender as respetivas tendências e evoluções eleitorais dos partidos e, deste modo, retirar conclusões sobre a existência de penalização pelo apoio fornecido ao governo.

Os dados recolhidos para este estudo provêm de fontes secundárias, numa amostra total de 16 eleições legislativas. Foram retirados dados relativos às eleições legislativas dos últimos 46 anos, do site da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (Secretaria-Geral do Ministério da

Administração Interna, 2021), e do portal da Comissão Nacional de Eleições (Comissão Nacional de Eleições, 2007).

Para operacionalizar a investigação recorre-se a uma metodologia de análise quantitativa, sendo esta escolha justificada pela natureza da investigação, dada a necessidade de tratar, recolher e analisar dados numéricos. A técnica escolhida para tratamento dos dados foi a série temporal interrompida, nomeadamente a série temporal interrompida de grupo único (Linden, 2015). A escolha desta técnica prende-se com diversos pontos. Em primeiro lugar, é considerada a abordagem quási-experimental mais forte para avaliar efeitos longitudinais de intervenções (Wagner et al., 2002). E, uma vez que o objetivo principal desta dissertação passa por perceber se existe custo de governar fruto do apoio a um governo minoritário por parte dos partidos de suporte, o uso de dados longitudinais na série temporal interrompida permite examinar o impacto de uma intervenção com um maior grau de detalhe, comparativamente a outras metodologias (Bernal, 2018). O uso de série temporal interrompida apresenta, naturalmente pontos fortes, nomeadamente no campo da forte validade externa, devido à sua aplicação em contexto de mundo real, através do uso de dados observacionais. E a facilidade de interpretação dos resultados (em formato gráfico), independente da complexidade do estudo levado a cabo (Bernal, 2018). Na sua essência, a série temporal interrompida é uma forma de analisar e elaborar comparações, num cenário antes e após intervenção, de forma a testar os efeitos imediatos e graduais da intervenção (Taljaard et al., 2014, p. 1).

No entanto, a possibilidade de analise de tendências distingue esta técnica de outras técnicas de comparação antes e após. Enquanto que nestas últimas a tendência é assumidamente plana, e portanto, qualquer mudança no resultado após a intervenção é considerado um efeito da intervenção, na série temporal interrompida é possível distinguir o efeito de uma intervenção daquele que seria a sua tendência evolutiva (Bernal, 2018).

Uma série temporal é uma sequência contínua de observações numa população, obtidas de forma repetida, em intervalos iguais ao longo do tempo. Numa série temporal interrompida, o principal objetivo é conseguir estabelecer uma tendência, que é interrompida por uma intervenção num determinado ponto cronológico e analisar o efeito (antes e após) que esta intervenção teve num determinado caso (Bernal et al., 2017; Ferron & Rendina-Gobioff, 2005). A série temporal interrompida tem por base uma abordagem estatística assente numa regressão segmentada, na qual o período em análise é dividido em pré e pós segmento de intervenção, sendo levado a cabo testes estatísticos em cada uma das fases (Taljaard et al., 2014). A utilização de uma regressão segmentada

numa série temporal interrompida permite avaliar, em termos estatísticos, o quão a intervenção mudou o resultado de interesse (no imediato e durante o período em análise) (Wagner et al., 2002). Desta forma, uma serie temporal interrompida envolve um conjunto de observações numa população, de forma consistente e repetida durante o tempo antes e depois da intervenção. O "contrafactual" (a tendência esperada, ou pré-existente) é modelado através da extrapolação da tendência pré-intervenção no resultado de interesse para o período pós-intervenção. Assim é possível estabelecer uma comparação para avaliar o impacto da intervenção (descrito nas mudanças da linha, quer seja no nível quer seja na inclinação ou nos dois), examinando as mudanças nas tendências pós-intervenção das observações (Bernal, 2018, p. 17). Uma mudança no nível, isto é, uma queda ou salto no resultado após a intervenção, constitui um efeito abrupto da intervenção. Já uma mudança na tendência, definido como um aumento ou decréscimo na inclinação do segmento pós-intervenção, comparativamente ao segmento pré-intervenção, representa uma mudança gradual no valor do resultado durante o segmento (Wagner et al., 2002, p. 300).

Um mínimo de três variáveis são necessárias para uma análise de série temporal interrompida de acordo com os autores Bernal et al.(2017):

T: o tempo passado desde o início do estudo com a unidade a representar a frequência com a qual as observações são tiradas;

X_t: Uma variável *dummy* ou binária, indicando o período pré-intervenção (valor = 0) ou o período pós-intervenção (valor = 1);

Y_t: O resultado no momento t.

O modelo *standart* utilizado numa análise de série temporal interrompida tem por base o seguinte modelo de regressão segmentada:

$$Y_t = \beta_0 + \beta_1 T + \beta_2 X_t + \beta_3 T X_t$$

β_0 representa o nível inicial, em que T = 0; β_1 é interpretado como a mudança no resultado associado a um aumento da unidade de tempo (representando a tendência de pré-intervenção subjacente); β_2 é a mudança de nível após a intervenção; β_3 indica a mudança no declive a seguir à intervenção ocorrer (usando a interação entre tempo e intervenção TX_t) (Bernal et al., 2017, p. 352)

A presente investigação teve por base as seguintes variáveis, o tempo (*time*), a existência ou não de acordo escrito (*treated*), o número absoluto de votos no partido (*v.absoluto*) (a), o número de deputados eleitos (*nºdeputados*) (b), e o número de votos relativo no partido (*%*). No entanto, as variáveis (a) e (b) são utilizadas apenas para contextualização estatística, e não como variáveis alvo de tratamento pelo modelo. Deste modo, e seguindo as linhas orientadoras do modelo apresentado em cima, foram definidas as seguintes variáveis:

Como variável independente foi definida a existência ou não de acordo assinado (*treated*), que é simultaneamente uma variável binária (*dummy*), tomando o valor de 0 na ausência de acordo assinado e 1 na existência de acordo assinado. Salientando o efeito de contaminação que o acordo apresenta. Adicionalmente, foi definida a variável tempo (*time*) enquanto variável independente, que corresponde aos atos eleitorais analisados (1976-2022). Esta variável começa com o número 1, aumentando proporcionalmente com a passagem de cada ato eleitoral até ao número 16, último ato eleitoral em análise. E o número de votos relativo no partido (*%*) como sendo uma variável dependente.

Durante a operacionalização do trabalho, utilizaram-se os *software* Excel e Stata, para a recolha e tratamento dos dados, e também para a produção dos resultados apresentados.

2. Análise e resultados da investigação

2.1. Estatísticas descritiva

Definida a metodologia e antes de entrar na análise de resultados, é adequado fazer uma exposição dos dados recolhidos e tratados. Tal como mencionado na metodologia, a amostra tem por base 16 eleições legislativas (n=16) e respetivos resultados eleitorais, para os três partidos em análise, o BE o PCP e o PEV num período combinado de 46 anos de 1976 a 2022.

O uso destes dados, permite desenvolver uma ideia do panorama pré e pós intervenção sem aplicação da série temporal interrompida. As figuras seguintes apresentam os sucessivos resultados eleitorais obtidos pelos partidos em análise, quer em valores absolutos, relativos e em número de deputados eleitos para o hemiciclo, com os atos eleitorais pós-assinatura do acordo realçados.

Tabela 3: Evolução eleitoral do Bloco de Esquerda nas eleições legislativas

Ano	Valor absoluto de votos	Valor relativo de votos (%)	Número de deputados
1976	-	-	-
1979	-	-	-
1980	-	-	-
1983	-	-	-
1985	-	-	-
1987	-	-	-
1991	-	-	-
1995	-	-	-
1999	131 840	2,46	2
2002	149 543	2,75	3
2005	364 430	6,38	8
2009	558 062	9,82	16
2011	288 973	5,17	8
2015	550 892	10,19	19
2019	500 017	9,52	19
2022	249 584	4,42	5
Média	349 168	6,34	10
Máximo	558 062	10,19	19
Mínimo	131 840	2,46	2
Mediana	326 702	5,78	8

Fonte: Comissão Nacional de Eleições e Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna

Tendo por base os valores apresentados, é notória a tendência de crescimento do partido, quer no número de votos quer no número de deputados eleitos. O partido em média recebe cerca de 349 168 votos (6.34%), elegendo em média 10 deputados. O melhor resultado eleitoral para o partido é alcançado no ano de 2015, onde obtém 10.19% do total de votos, conseguindo eleger 19 deputados, com o pior resultado eleitoral, a corresponder ao primeiro ato ao qual concorre, no qual obtém apenas 2.46% do total de votos elegendo apenas 2 deputados.

Tabela 4: Evolução eleitoral do Partido Comunista Português nas eleições legislativas

Ano	Valor absoluto de votos	Valor relativo de votos (%)	Número de deputados
1976	786 701	14,35	40
1979	1 129 322	13,80	44
1980	1 009 505	16,75	39
1983	1 031 609	18,07	41
1985	898 281	15,49	35
1987	689 137	15,49	29
1991	504 583	8,80	15
1995	506 157	8,57	13
1999	483 716	9,02	15
2002	378 640	6,97	10
2005	432 009	7,56	12
2009	446 994	7,86	13

2011	441 852	7,91	14
2015	445 980	8,25	15
2019	332 473	6,33	10
2022	242 478	4,29	6
Média	609 965	10,59	21,94
Máximo	1 129 322	18,07	44
Mínimo	242 478	4,29	6
Mediana	494 150	8,69	15

Fonte: Comissão Nacional de Eleições e Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna

Os valores eleitorais obtidos nas sucessivas eleições legislativas para o Partido Comunista Português vêm a acompanhar uma tendência já há bastante tempo visível nos restantes países da Europa Ocidental, marcado pela perda de votos dos partidos comunistas. Nesse aspeto, o PCP tem vindo a ser um dos partidos mais resistentes a essa tendência, apesar de se encontrar igualmente com uma tendência eleitoral negativa, esta aparenta ser mais suave do que a verificada nos seus parceiros europeus. No entanto, é de salientar que os resultados apresentados, nomeadamente no que diz respeito ao valor absoluto e relativo de votos para o PCP, estão dependentes de coligações com o partido a concorrer coligado com o MDP/CDE desde 1979 a 1985 (APU) e com o Partido Ecologista os Verdes (analisado em baixo), desde 1987 até ao presente momento de escrita desta investigação (CDU). Deste modo, é possível observar que o PCP, em média, apresenta cerca de 609 965 votos (10.59%), elegendo em média 22 deputados, resultados muito associados aos primeiros atos eleitorais onde participou. O melhor resultado eleitoral para o PCP surge em 1979, juntamente com o MDP/CDE, com o partido a conseguir 1 129 322 votos (18.07%), elegendo 44 deputados, e com o seu pior resultado eleitoral a surgir em 2022, juntamente com o PEV, com o PCP a conseguir 242 478 votos (4.29%), elegendo 6 deputados.

Tabela 5: Evolução eleitoral do Partido Ecologista os Verdes nas eleições legislativas

Ano	Valor absoluto de votos	Valor relativo de votos (%)	Número de deputados
1976			
1979			
1980			
1983			
1985			
1987	689 137	15,49	2
1991	504 583	8,80	2
1995	506 157	8,57	2
1999	483 716	9,02	2
2002	378 640	6,97	2
2005	432 009	7,56	2

2009	446 994	7,86	2
2011	441 852	7,91	2
2015	445 980	8,25	2
2019	332 473	6,33	2
2022	242 478	4,29	0
Média	445 820	8,28	1,82
Máximo	689 137	15,49	2
Mínimo	242 478	4,29	0
Mediana	445 980	7,91	2

Fonte: Comissão Nacional de Eleições e Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna

Apesar de ser um partido distinto do PCP, como comprovado pelos seus assentos parlamentares na Assembleia da República Portuguesa, o Partido Ecologista os Verdes é muitas vezes considerado um partido satélite do PCP (Fernandes et al., 2018). O PEV, nunca concorreu sozinho nas eleições legislativas nas quais participou. A prova disso é que, desde 1987 sempre concorreu coligado com o PCP na coligação CDU, e como tal, os resultados eleitorais dos dois partidos estão interligados, apenas diferenciando no número de deputados. O PEV, segue a tendência de queda do seu parceiro de coligação, o PCP. O partido recebe em média 445 820 votos (8.28%), elegendo dois deputados. O seu melhor resultado surge em 1987, com o partido a conseguir, coligado com o PCP, 689 137 votos (15.49%), elegendo assim 2 deputados. O seu pior resultado, iguala o apresentado pelo PCP em 2022, com o partido a conseguir 242 478 votos (4.29%), não conseguindo eleger um único deputado.

2.2. Análise dos resultados obtidos da aplicação da Série Temporal Interrompida

Nesta secção do trabalho são apresentados os resultados obtidos pela aplicação da série temporal interrompida e a sua respetiva interpretação. Tal como mencionado no capítulo da metodologia, são considerados dois períodos, o período pré-geringonça (pré-intervenção de 1976 a 2015) e o período pós-geringonça (pós-intervenção de 2019 a 2022). Os resultados obtidos, vêm confirmar as tendências já observáveis para os partidos em análise ao longo dos respetivos atos eleitorais, a tendência de subida do Bloco de Esquerda, marcada por dois resultados eleitorais menos conseguidos e a tendência de queda no pós-geringonça. As tendências de queda do PCP e PEV, quer pré-geringonça e pós-geringonça, também são confirmadas pelos resultados obtidos.

2.2.1. Análise dos resultados obtidos para o Bloco de Esquerda

Na tabela 6 e figura 1, podemos observar os resultados obtidos após a aplicação da série temporal interrompida para o BE.

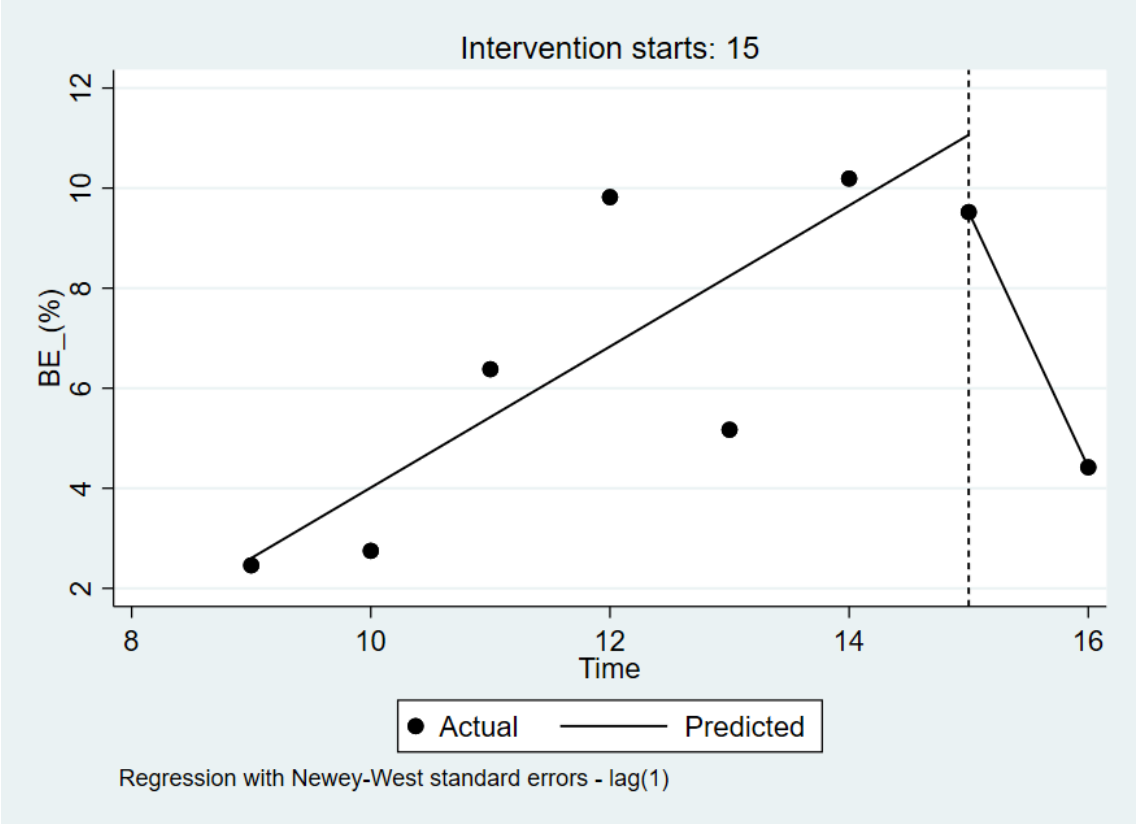
Tabela 6: O impacto do apoio ao governo na tendência eleitoral do BE

Bloco de Esquerda	
	Coeficiente (desvio padrão)
Tendência eleitoral (período pré-intervenção)	1.41** (0.315)
Impacto imediato da intervenção	-1.543333 (1.593)
Tendência pós-intervenção (comparativamente ao período pré-intervenção)	-6.51*** (0.315)
Número de observações	8
F (2, 4)	28.58
Prob > F	0.0043

Fonte: Elaboração Própria
Notas: *(p ≤ 0.1); **(p ≤ 0.05); ***(p ≤ 0.01);
Os valores apresentados encontram-se em pontos percentuais.

Antes da assinatura de qualquer acordo e respetivo apoio ao governo podemos observar que a tendência eleitoral do partido era de crescimento, cerca de 1.41 pontos percentuais a cada ato eleitoral. No primeiro ato eleitoral consequente ao fim do apoio fornecido ao governo, vemos que o impacto eleitoral aparenta ser negativo, numa perda de 1.54 pontos percentuais, todavia, o resultado carece de ser estatisticamente significativo, e desta maneira não se podem retirar conclusões. Porém, quando comparadas as tendências pré-intervenção e pós-intervenção vemos uma mudança significativa nos resultados eleitorais e na respetiva tendência evolutiva. Nos atos eleitorais consequentes ao apoio, vemos que os resultados eleitorais são penalizadores para o BE, com o partido a sofrer uma perda de -6.51 pontos percentuais quando comparado com a tendência pré-intervenção. Esta inversão nos resultados eleitorais, é expectável manter-se com a tendência eleitoral no período pós-intervenção a ser de -5.1 pontos percentuais.

Figura 1: Representação gráfica da evolução das tendências eleitorais do BE



Fonte: Elaboração Própria

O apoio fornecido pelo Bloco de Esquerda ao governo é penalizador para o partido. A inversão da tendência eleitoral e respetiva queda acentuada no período pós-geringonça demonstra que o partido sofreu eleitoralmente e de forma salientada, as consequências de estar associado à governação.

2.2.2. Análise dos resultados obtidos para o Partido Comunista Português

A tabela 7 e figura 2 apresentam os resultados obtidos após a aplicação da série temporal interrompida nos resultados eleitorais do Partido Comunista Português.

Tabela 7: O impacto do apoio ao governo na tendência eleitoral do PCP

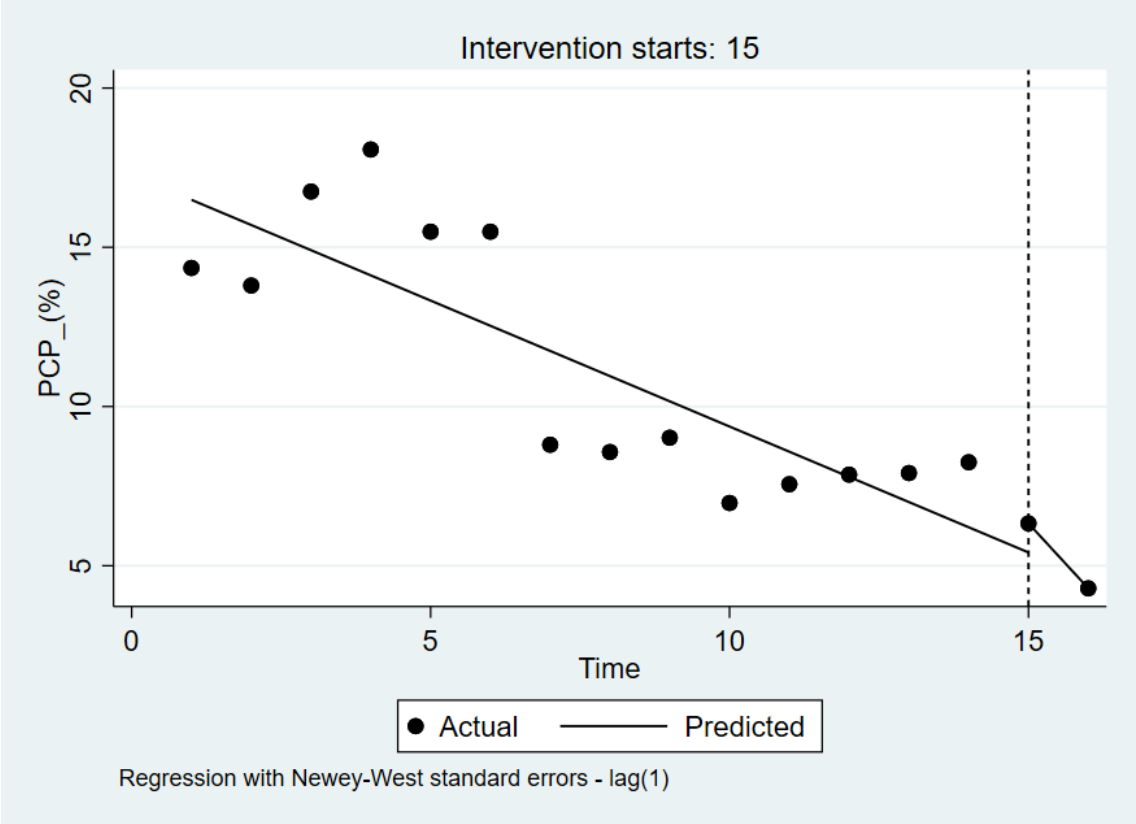
Partido Comunista Português	
	Coeficiente (desvio padrão)
Tendência eleitoral (período pré-intervenção)	-0.791011***

	(0.178)
Impacto imediato da intervenção	0.9132967
	(1.275)
Tendência pós-intervenção (comparativamente ao período pré-intervenção)	-1.248989***
	(0.178)
Número de observações	16
F (2, 12)	81.41
Prob > F	0.000

Fonte: Elaboração Própria
Notas: *(p ≤ 0.1); **(p ≤ 0.05); ***(p ≤ 0.01);
Os valores apresentados encontram-se em pontos percentuais.

Ao contrário da tendência de crescimento observável no BE, o PCP já apresentava uma tendência eleitoral decrescente, cerca de -0.79 pontos percentuais. O apoio fornecido pelo partido ao governo minoritário do PS veio agravar a tendência de queda já existente. Tal como no caso do BE, não se podem retirar interpretações imediatas do envolvimento no governo. O impacto imediato da intervenção releva um valor positivo de 0,91 pontos percentuais, no entanto, este não apresenta relevância estatística, e, portanto, sem interpretação válida, sendo possível observar o largo intervalo de valores que podem ser obtidos. A tendência pós-intervenção, quando comparada com a tendência pré-intervenção é substancialmente diferente, sendo de perda de votos em cerca de -1.24 pontos percentuais por ato eleitoral para o PCP. Ao contrário do contraste existente no caso do Bloco de Esquerda para o PCP, a tendência de perda eleitoral no período pós-geringonça mantém-se para o partido. Com uma tendência eleitoral negativa no período pós-intervenção de -2.04 pontos percentuais.

Figura 2: Representação gráfica da evolução das tendências eleitorais do PCP



Fonte: Elaboração Própria

O apoio fornecido pelo PCP, e tal como no caso do BE, penalizador para o partido. A tendência de perda eleitoral, que já se vinha a consumar nos atos eleitorais anteriores ao apoio parlamentar é agravada e intensificada pelo apoio fornecido. No entanto, esta queda é menos acentuada do que aquela registada no caso do Bloco de Esquerda.

2.2.3. Análise dos resultados obtidos para o Partido Ecologista os Verdes

A tabela 8 e figura 3 apresentam os resultados obtidos após a aplicação da série temporal interrompida nos resultados eleitorais do Partido Ecologista os Verdes.

Tabela 8: O impacto do apoio ao governo na tendência eleitoral do PEV

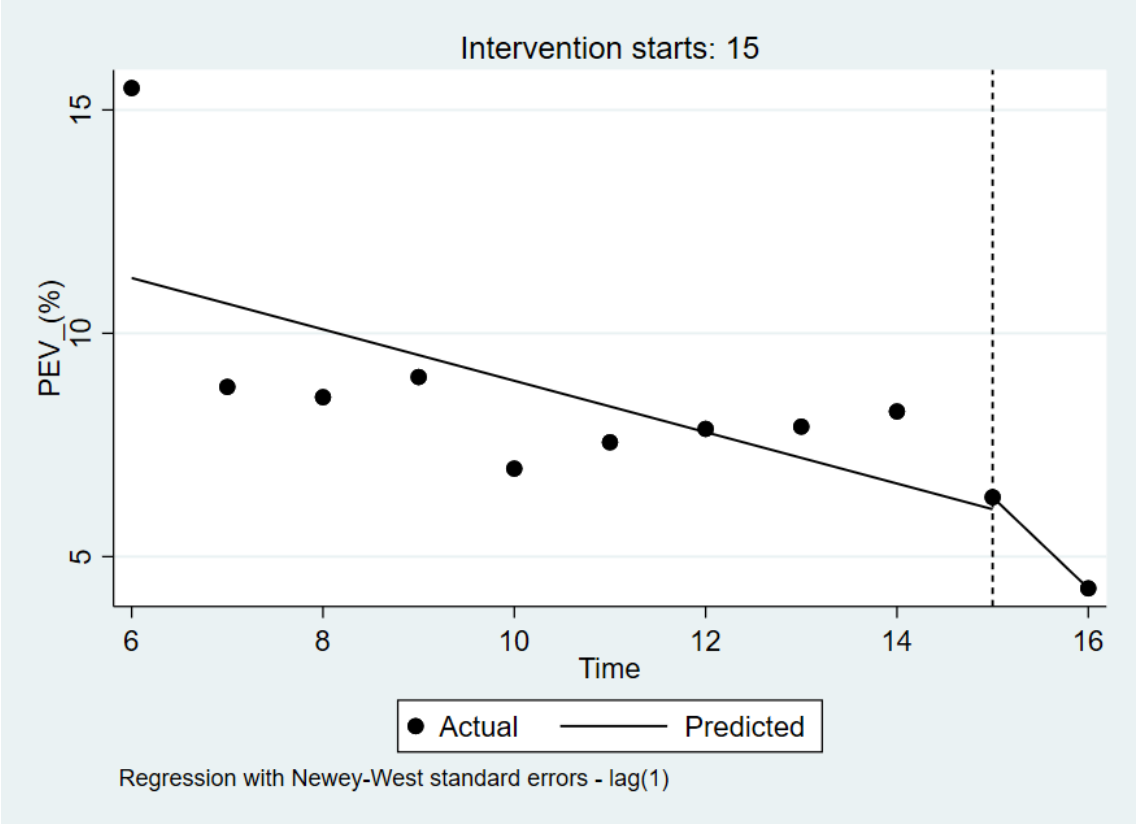
Partido Ecologista os Verdes	
	Coeficiente (desvio padrão)
Tendência eleitoral (período pré-intervenção)	-0.5751667

	(0.370)
Impacto imediato da intervenção	0.2691666
	(1.593)
Tendência pós-intervenção (comparativamente ao período pré-intervenção)	-1.464833***
	(0.370)
Número de observações	11
F (2, 7)	5.67
Prob > F	0.0344

Fonte: Elaboração Própria
Notas: *(p ≤ 0.1); **(p ≤ 0.05); ***(p ≤ 0.01);
Os valores apresentados encontram-se em pontos percentuais.

Os resultados obtidos para o PEV, após a aplicação da serie temporal interrompida, são semelhantes aos do PCP, devido a concorrerem eleitoralmente na coligação CDU. Tal como acontece com o PCP, também para o PEV já se verificava uma tendência eleitoral pós-intervenção negativa, -0.58 pontos percentuais a cada ato eleitoral. O apoio parlamentar garantido pelo PEV, e tal como espectado devido à sua coligação com o PCP, afetou o seu desempenho eleitoral. Igual ao que acontece com os resultados obtidos pelo PCP, para o PEV o primeiro ato eleitoral pós-intervenção não apresenta significância estatística (0.27 pontos percentuais) e, portanto, nenhuma conclusão é possível de ser retirada. Contudo, a tendência pós-intervenção, quando comparada com a tendência pré-intervenção é substancialmente agravada, com o partido a apresentar uma evolução eleitoral negativa de -1.46 pontos percentuais. A tendência eleitoral negativa mantém-se no período pós-geringonça, com o PEV a sofrer um desgaste eleitoral em cerca de -2.04 pontos percentuais.

Figura 3: Representação gráfica da evolução das tendências eleitorais do PEV



Fonte: Elaboração Própria

Como é observável nos outros partidos, também no caso do PEV o apoio fornecido ao governo do PS é penalizador para o partido. O PEV acompanha a tendência de queda do PCP, quer seja antes intervenção, quer seja pós-intervenção. No entanto, e tal como acontece com o PCP, a tendência de perda eleitoral é agravada nos atos eleitorais consequentes ao fim da "geringonça".

2.3. Verificação das hipóteses

A presente investigação tinha por base três hipóteses de trabalho:

H1: Os partidos de suporte são alvo do custo de governar.

H2: A existência de um acordo escrito, explícito e público agrava o custo de governar para os partidos de suporte.

H3: O partido de suporte ideologicamente mais extremo é o partido de suporte com maior penalização eleitoral.

Após conhecidos os resultados da aplicação do modelo de análise e feita respetiva interpretação destes, é possível validar H1 e H3, no entanto, não são possíveis retirar conclusões sobre H2.

A hipótese H1 visa compreender se os partidos de suporte podem ser alvo do custo de governar nos atos eleitorais consequentes a estarem envolvidos na governação. Os dados iniciais faziam suspeitar que este seria o caso, com uma variação eleitoral negativa para o BE, PCP e PEV nos atos eleitorais consequentes ao fim da "geringonça". A aplicação da série temporal interrompida veio confirmar estas suspeitas, com a tendência eleitoral do BE a ser negativa, -5.1 pontos percentuais, juntamente com a do PCP e do PEV, -2.04 pontos percentuais, confirmando a existência do custo de governar para os partidos de suporte.

A hipótese H2, associada à existência de acordo escrito, explícito e público como fator importante no combate à obscuridade de competências e respetiva dificuldade de atribuir o custo de governar aos partidos de suporte, veio a revelar-se inconclusiva, tendo por base os resultados obtidos. Para ser validada, seria necessário obter resultados estatisticamente significativos. Todavia, esta situação não se verifica em nenhum dos casos, tornando impossível a retirada de conclusões se a existência dos acordos públicos, explícitos e escritos, agrava o custo de governar para os partidos de suporte, pelo menos no que diz respeito ao caso português.

A hipótese H3, relacionada com a ideologia dos partidos de suporte, no que diz respeito à penalização eleitoral dos partidos mais extremos também se verifica. No caso desta investigação em concreto, o partido ideologicamente mais extremado, o Bloco de Esquerda é o mais penalizado eleitoralmente. A tendência eleitoral negativa do BE no período pós-geringonça é mais acentuada, sendo de -5.1 pontos percentuais dos votos, por eleição enquanto os restantes partidos envolvidos, o PCP e o PEV, apresentam uma tendência eleitoral de -2.04 pontos percentuais.

Conclusões

Esta dissertação teve como principal objetivo explorar a relação entre o custo de governar, que afeta o governo e os respetivos partidos que o compõe, e os partidos de suporte, aqueles partidos que fornecem apoio parlamentar ao governo, mas que formalmente não o integram, de forma a compreender se estes últimos podem também ser alvo do custo de governar. Para ser possível explorar esta ligação, foi criada a pergunta de investigação "São os partidos de suporte alvo do custo de governar pelo apoio fornecido a um governo minoritário?", à qual é possível responder neste momento, tendo por base os resultados obtidos da análise e tratamento quantitativo dos dados relativos às sucessivas eleições legislativas do período pré-geringonça e pós-geringonça. Os resultados obtidos verificam a existência de um custo de governar para os partidos de suporte portugueses, nomeadamente para o Bloco de Esquerda, o Partido Comunista Português e o Partido Ecologista os Verdes, fruto do seu apoio ao governo minoritário do Partido Socialista entre 2015 e 2019.

Ao longo da revisão de literatura foi possível observar que os partidos que compõem um governo sofrem eleitoralmente nos atos eleitorais consequentes à sua governação, uma variação negativa, denominada de custo de governar. No entanto, este impacto eleitoral negativo, não ocorre de forma uniforme, realidade demonstrada nas diferentes variações de resultados obtidos para o custo de governar. Fatores como a claridade de responsabilidade, a forma de governação, a tipologia e ideologia dos partidos e o próprio sistema partidário contribuem para os diferentes resultados obtidos. Desta maneira foi procurado expor, nesta investigação, as diferentes explicações encontradas pela literatura para os diferentes valores encontrados sobre o custo de governar.

Porém, definir custo de governar como sendo apenas um custo eleitoral inerente aos partidos no governo é algo enganador. Esta investigação reconhece as limitações do conceito e, tal como reconhece Strøm (1990; *apud*, Thesen, 2016), é impossível descartar a influência e importância que alguns partidos, mesmo sem lugares no executivo, podem ter para permitir a estabilidade governativa, como no caso dos partidos de suporte. Assim, esta investigação procurou contribuir para aumentar o conhecimento numa literatura ainda reduzida sobre a relação entre o custo de governar e os partidos de suporte, analisando uma situação de parlamentarismo de contrato e caracterizada pela existência de partidos de suporte envolvidos na negociação de medidas governativas.

Os resultados obtidos nesta investigação contrariam a maior parte da literatura existente sobre o tópico. Como foi mencionado ao longo da revisão de literatura, a maioria dos autores parece não

conseguir atribuir o custo de governar aos partidos de suporte. Apesar de Thesen (2016) não imputar o custo de governar aos partidos de suporte, abre a porta a que essa possibilidade possa acontecer, sobretudo em situações onde haja maior colaboração entre o governo e os partidos de suporte. Nesta investigação, é demonstrado a existência de um custo de governar para os partidos de suporte portugueses. Consequentemente, esta investigação desafia as hipóteses e presunções concebidas na literatura, possibilitando novas perspetivas sobre a relação existente entre o custo de governar e os partidos de suporte, especialmente em situação de maior contacto entre as partes.

Adicionalmente, foi-nos possível confirmar, pelo menos no caso português, que tal como se verifica com as coligações, também em contextos onde partidos ideologicamente mais extremados se associam ao governo, estes são os mais penalizados de entre os envolvidos. Contudo, não foi possível retirar interpretações válidas, ou pelo menos estatisticamente significativas, do impacto que a realização dos acordos escritos teve no custo de governar para os partidos de suporte.

Diversas limitações foram encontradas na realização desta investigação, destacando particularmente duas. A primeira grande limitação está correlacionada com a metodologia adotada e respetiva interpretação dos resultados. Apesar das séries temporais interrompidas serem amplamente reconhecidas como sendo uma ótima forma de comparar efeitos de uma intervenção num determinado contexto, no caso específico desta investigação, o desequilíbrio de observações registados antes da intervenção e depois desta afetam os resultados obtidos e respetivas interpretações. O facto de só haver um ato eleitoral pós-intervenção não permite tirar observações e conclusões mais alargadas da tendência eleitoral dos partidos. Adicionalmente, apesar da investigação apenas considerar as variáveis tempo e existência ou não de acordo escrito, é de salientar que o contexto eleitoral em 2015 (pré-intervenção) e em 2019/2022 (pós- intervenção) não é idêntico. Mesmo sem a existência de acordo escrito, entre 2019 e 2022, os partidos de suporte ficaram marcados por uma espécie de apoio informal dado ao segundo governo socialista, o que pode ajudar a explicar uma pequena parte dos resultados obtidos na eleição legislativa de 2022. O segundo fator limitador, é a pandemia de Covid-19 que veio assombrar o mundo desde o final de 2019. Seria imprudente não considerar a pandemia enquanto fator influenciador dos resultados obtidos, nomeadamente nos resultados de 2022. A pandemia veio não só afetar de forma drástica a vida, quer pessoal quer profissional dos cidadãos, como também a economia, a situação política e uma multiplicidade de outros fatores tanto a nível nacional como internacional. As eleições eleitorais antecipadas de 2022, foram vistas como a rutura do apoio da esquerda ao governo, numa altura em que se pensava na retoma económica do país, e,

portanto, pode auxiliar na justificação dos valores eleitorais mais baixos obtidos pelos partidos de suporte.

Para vias de investigação futura seria interessante englobar outras variáveis complementárias, para além da existência ou não de acordo, de forma a ser possível analisar em maior detalhe os efeitos que podem surgir para os partidos de suporte de apoiarem um governo minoritário. Seria igualmente interessante usar uma metodologia semelhante à utilizada nesta investigação, mas em termos comparativos, para perceber se a tipologia de acordos assinados pode ter maior impacto nos resultados eleitorais para os partidos de suporte e verificar a existência ou não do custo de governar. Ou então, comparações em contextos nacionais ainda não analisados pela literatura. Ainda por último, seria curioso analisar e ver a evolução do desempenho eleitoral do BE, PCP e PEV. Nomeadamente, analisar a evolução futura para ver a evolução da tendência eleitoral destes partidos e perceber se o custo de governar associado à "geringonça" se prolonga no tempo.

Bibliografia

Adams, J., Clark, M., Ezrow, L., & Glasgow, G. (2006). Are Niche Parties Fundamentally Different from Mainstream Parties? The Causes and the Electoral Consequences of Western European Parties' Policy Shifts, 1976-1998. American Journal of Political Science, 50(3), 513–529.

Akarca, A. T., & Tansel, A. (2006). Economic Performance and Political Outcomes: An Analysis of the Turkish Parliamentary and Local Election Results between 1950 and 2004. Public Choice, 129(1/2), 77–105.

Akkerman, T., & de Lange, S. L. (2012). Radical Right Parties in Office: Incumbency Records and the Electoral Cost of Governing. Government and Opposition, 47(4), 574–596.

Anderson, C. J. (2000). Economic voting and political context: A comparative perspective. Electoral Studies, 19(2), 151–170. https://doi.org/10.1016/S0261-3794(99)00045-1

Anghel, V., & Thürk, M. (2021). Under the Influence: Pay-Offs to Legislative Support Parties under Minority Governments. Government and Opposition, 56(1), 121–140. https://doi.org/10.1017/gov.2019.11

Arzheimer, K., Evans, J., & Lewis-Beck, M. (2017). The SAGE Handbook of Electoral Behaviour (Vol. 1–2). https://doi.org/10.4135/9781473957978

Bäck, H., & Bergman, T. (2016). The Parties in Government Formation. Em The Oxford Handbook of Swedish Politics. https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199665679.013.12

Bale, T., & Bergman, T. (2006a). Captives No Longer, but Servants Still? Contract Parliamentarism and the New Minority Governance in Sweden and New Zealand. Government and Opposition, 41(3), 422–449. https://doi.org/10.1111/j.1477-7053.2006.00186.x

Bale, T., & Bergman, T. (2006b). A Taste of Honey Is Worse Than None at All?: Coping with the Generic Challenges of Support Party Status in Sweden and New Zealand. Party Politics, 12(2), 189–202. https://doi.org/10.1177/1354068806061337

Bale, T., & Dann, C. (2002). Is the Grass Really Greener?: The Rationale and Reality of Support Party Status: A New Zealand Case Study. Party Politics, 8(3), 349–365. https://doi.org/10.1177/1354068802008003005

Bassi, A. (2017). Policy Preferences in Coalition Formation and the Stability of Minority and Surplus Governments. The Journal of Politics, 79(1), 250–268. https://doi.org/10.1086/687928

Bengtsson, Å. (2004). Economic voting: The effect of political context, volatility and turnout on voters' assignment of responsibility. European Journal of Political Research, 43(5), 749–767. https://doi.org/10.1111/j.0304-4130.2004.00173.x

Bernal, J. L. (2018). The use of interrupted time series for the evaluation of public health interventions [Doctoral, London School of Hygiene & Tropical Medicine]. https://doi.org/10.17037/PUBS.04648680

Bernal, J. L., Cummins, S., & Gasparrini, A. (2017). Interrupted time series regression for the evaluation of public health interventions: A tutorial. International Journal of Epidemiology, 46(1), 348–355. https://doi.org/10.1093/ije/dyw098

Bolleyer, N., van Spanje, J., & Wilson, A. (2012). New Parties in Government: Party Organisation and the Costs of Public Office. West European Politics - WEST EUR POLIT, 35, 971–998. https://doi.org/10.1080/01402382.2012.706407

Brittan, S. (1975). The Economic Contradictions of Democracy. British Journal of Political Science, 5(2), 129–159. https://doi.org/10.1017/S0007123400008115

Christiansen, F. J., & Pedersen, H. H. (2014). Minority coalition governance in Denmark. Party Politics, 20(6), 940–949. https://doi.org/10.1177/1354068812462924

Comissão Nacional de Eleições. (2007). Resultados Eleitorais. http://eleicoes.cne.pt/

Damgaard, E. (1969). The Parliamentary Basis of Danish Governments: The Patterns of Coalition Formation. Scandinavian Political Studies. https://tidsskrift.dk/scandinavian_political_studies/article/view/32051

De Giorgi, E., & Santana-Pereira, J. (2020). The Exceptional Case of Post-Bailout Portugal: A Comparative Outlook. South European Society and Politics, 25(2), 127–150. https://doi.org/10.1080/13608746.2021.1872152

Downs, A. (1957). An Economic Theory of Democracy. Harper.

Duch, R., Przepiorka, W., & Stevenson, R. (2015). Responsibility Attribution for Collective Decision Makers. American Journal of Political Science, 59(2), 372–389.

Dunphy, R., & Bale, T. (2011). The radical left in coalition government: Towards a comparative measurement of success and failure. Party Politics, 17(4), 488–504. https://doi.org/10.1177/1354068811400524

Evans, G., & Andersen, R. (2006). The Political Conditioning of Economic Perceptions. The Journal of Politics, 68(1), 194–207. https://doi.org/10.1111/j.1468-2508.2006.00380.x

Fernandes, J. M., Magalhães, P. C., & Santana-Pereira, J. (2018). Portugal's Leftist Government: From Sick Man to Poster Boy? South European Society and Politics, 23(4), 503–524. https://doi.org/10.1080/13608746.2018.1525914

Ferron, J., & Rendina-Gobioff, G. (2005). Interrupted Time Series Design. Em Encyclopedia of Statistics in Behavioral Science. American Cancer Society. https://doi.org/10.1002/0470013192.bsa312

Field, B. N. (2016). Why Minority Governments Work: Multilevel Territorial Politics in Spain. Springer.

Fiorina, M. P. (1978). Economic Retrospective Voting in American National Elections: A Micro-Analysis. American Journal of Political Science, 22(2), 426–443. https://doi.org/10.2307/2110623

Fisher, S., & Hobolt, S. (2010). Coalition Government and Electoral Accountability. Electoral Studies - ELECT STUD, 29, 358–369. https://doi.org/10.1016/j.electstud.2010.03.003

Fortunato, D., & Adams, J. (2015). How voters' perceptions of junior coalition partners depend on the prime minister's position. European Journal of Political Research, 54(3), 601–621. https://doi.org/10.1111/1475-6765.12094

Freire, A. (2021). Left-wing governmental alliance in Portugal, 2015-2019: A way of renewing and rejuvenating social democracy? Left-Wing Governmental Alliance in Portugal, 2015-2019: A Way of Renewing and Rejuvenating Social Democracy?, 2. https://doi.org/10.1590/1981-3821202100020004

Garry, J. (2014). Holding parties responsible at election time: Multi-level, multi-party government and electoral accountability. Electoral Studies, 34, 78–88. https://doi.org/10.1016/j.electstud.2013.12.003

Giorgi, E. D., & Cancela, J. (2021). The Portuguese Radical Left Parties Supporting Government: From Policy-Takers to Policymakers? Government and Opposition, 56(2), 281–300. https://doi.org/10.1017/gov.2019.25

Giorgi, E. D., & Santana-Pereira, J. (2016). The 2015 Portuguese Legislative Election: Widening the Coalitional Space and Bringing the Extreme Left in. South European Society and Politics, 21(4), 451–468. https://doi.org/10.1080/13608746.2016.1181862

Green, J., & Jennings, W. (Eds.). (2017). Generalised Competence and the Costs of Governing. Em The Politics of Competence: Parties, Public Opinion and Voters (pp. 137–166). Cambridge University Press. https://doi.org/10.1017/9781316662557.006

Hellwig, T., & Samuels, D. (2008). Electoral Accountability and the Variety of Democratic Regimes. British Journal of Political Science, 38(1), 65–90.

Herman, V., & Pope, J. (1973). Minority Governments in Western Democracies. British Journal of Political Science, 3(2), 191–212.

Hjermitslev, I. B. (2018). The electoral cost of coalition participation: Can anyone escape? Party Politics, 26(4), 510–520. https://doi.org/10.1177/1354068818794216

Hobolt, S. B., & Tilley, J. (2016). Fleeing the centre: The rise of challenger parties in the aftermath of the euro crisis. West European Politics, 39(5), 971–991. https://doi.org/10.1080/01402382.2016.1181871

Hobolt, S., Tilley, J., & Banducci, S. (2013). Clarity of responsibility: How government cohesion conditions performance voting. European Journal of Political Research, 52(2), 164–187. https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2012.02072.x

Jalali, C., Moniz, J., & Silva, P. (2020). In the Shadow of the 'Government of the Left': The 2019 Legislative Elections in Portugal. South European Society and Politics, 25(2), 229–255. https://doi.org/10.1080/13608746.2020.1868702

Johnston, R., Sarker, R., Jones, K., Bolster, A., Propper, C., & Burgess, S. (2005). Egocentric economic voting and changes in party choice: Great Britain 1992–2001. Journal of Elections, Public Opinion and Parties, 15(1), 129–144. https://doi.org/10.1080/13689880500064692

Klüver, H., & Spoon, J.-J. (2019). Helping or Hurting? How Governing as a Junior Coalition Partner Influences Electoral Outcomes. The Journal of Politics, 82. https://doi.org/10.1086/708239

Krauss, S., & Thürk, M. (2021). Stability of minority governments and the role of support agreements. West European Politics, 0(0), 1–23. https://doi.org/10.1080/01402382.2021.1890455

Lewis-Beck, M. S. (1988). Economics and Elections: The Major Western Democracies. University Of Michigan Press. https://www.press.umich.edu/8153/economics_and_elections

Linden, A. (2015). Conducting Interrupted Time-series Analysis for Single- and Multiple-group Comparisons. The Stata Journal, 15(2), 480–500. https://doi.org/10.1177/1536867X1501500208

Lisi, M. (2016). U-Turn: The Portuguese Radical Left from Marginality to Government Support. South European Society and Politics, 21(4), 541–560. https://doi.org/10.1080/13608746.2016.1225331

Lundell, K. (2011). Accountability and Patterns of Alternation in Pluralitarian, Majoritarian and Consensus Democracies. Government and Opposition, 46(2), 145–167.

Miller, R., & Curtin, J. (2011). Counting the costs of coalition: The case of New Zealand's small parties. Political Science, 63(1), 106–125. https://doi.org/10.1177/0032318711407294

Mueller, J. E. (1970). Presidential Popularity from Truman to Johnson. The American Political Science Review, 64(1), 18–34. https://doi.org/10.2307/1955610

Müller, M., & König, P. (2021). Timing in Opposition Party Support under Minority Government. Scandinavian Political Studies, 44. https://doi.org/10.1111/1467-9477.12195

Nadeau, R., Niemi, R. G., & Yoshinaka, A. (2002). A cross-national analysis of economic voting: Taking account of the political context across time and nations. Electoral Studies, 21(3), 403–423. https://doi.org/10.1016/S0261-3794(01)00002-6

Nannestad, P., & Paldam, M. (1994). The VP-function: A survey of the literature on vote and popularity functions after 25 years. Public Choice, 79(3), 213–245. https://doi.org/10.1007/BF01047771

Nannestad, P., & Paldam, M. (2002). The cost of ruling: A foundation stone for two theories. Em Economic Voting. Routledge.

Paldam, M. (1986). The distribution of election results and the two explanations of the cost of ruling. European Journal of Political Economy, 2(1), 5–24. https://doi.org/10.1016/S0176-2680(86)80002-7

Paldam, M., & Skott, P. (1995). A Rational-Voter Explanation of the Cost of Ruling. Public Choice, 83(1/2), 159–172.

Palmer, H. D., & Whitten, G. D. (1999). Cross-national analyses of economic voting. Electoral Studies, 18(1), 49–67. https://doi.org/10.1016/S0261-3794(98)00043-2

Plescia, C., Kritzinger, S., & Spoon, J.-J. (2021). Who's to blame? How performance evaluation and partisanship influence responsibility attribution in grand coalition governments. European Journal of Political Research, n/a(n/a). https://doi.org/10.1111/1475-6765.12478

Powell, G. B. (1982). Contemporary Democracies: Participation, Stability, and Violence. Harvard University Press. https://doi.org/10.2307/j.ctvk12pwt

Powell, G. B., & Whitten, G. D. (1993). A Cross-National Analysis of Economic Voting: Taking Account of the Political Context. American Journal of Political Science, 37(2), 391–414. https://doi.org/10.2307/2111378

Przeworski, A., Stokes, S., & Manin, B. (2001). Democracy, Accountability, and Representation. Em Representation (Vol. 38). https://doi.org/10.1017/CBO9781139175104.002

Santana Pereira, J. (2016). A esquerda radical no período pós-2009: Nada de (muito) novo em Portugal? = The radical left in the post-2009 period: nothing (very) new in portugal? Oficina do Historiador, 9, 58–77. https://doi.org/10.15448/2178-3748.2016.1.22961

Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna. (2021). Eleições—Resultados dos Escrutínios Provisórios. https://www.eleicoes.mai.gov.pt/

Sigelman, L., & Knight, K. (1983). Why Does Presidential Popularity Decline? A Test of the Expectation/Disillusion Theory. The Public Opinion Quarterly, 47(3), 310–324.

Stevenson, R. T. (2002). The Cost of Ruling, Cabinet Duration, and the «Median-Gap» Model. Public Choice, 113(1/2), 157–178.

Stimson, J. A. (1976). Public Support for American Presidents: A Cyclical Model. The Public Opinion Quarterly, 40(1), 1–21.

Strøm, K. (1984). Minority Governments in Parliamentary Democracies: The Rationality of Nonwinning Cabinet Solutions. Comparative Political Studies, 17(2), 199–227. https://doi.org/10.1177/0010414084017002004

Strøm, K. (1990). Minority Government and Majority Rule. Cambridge University Press.

Strøm, K., & Müller, W. C. (1999). The keys to togetherness: Coalition agreements in parliamentary democracies. The Journal of Legislative Studies, 5(3–4), 255–282.

Taljaard, M., McKenzie, J. E., Ramsay, C. R., & Grimshaw, J. M. (2014). The use of segmented regression in analysing interrupted time series studies: An example in pre-hospital ambulance care. Implementation Science, 9(1), 77. https://doi.org/10.1186/1748-5908-9-77

Tellier, G. (2005). Explaining Subnational Government Popularity in Federal Systems: The Canadian Provincial Case.

Thesen, G. (2016). Win Some, Lose None? Support Parties at the Polls and in Political Agenda-Setting. Political Studies, 64(4), 979–999. https://doi.org/10.1111/1467-9248.12223

Thesen, G., Mortensen, P. B., & Green-Pedersen, C. (2020). Cost of ruling as a game of tones: The accumulation of bad news and incumbents' vote loss. European Journal of Political Research, 59(3), 555–577. https://doi.org/10.1111/1475-6765.12367

Thürk, M. (2021). Small in Size but Powerful in Parliament? The Legislative Performance of Minority Governments. Legislative Studies Quarterly, n/a(n/a). https://doi.org/10.1111/lsq.12329

Tilley, J., & Hobolt, S. B. (2011). Is the Government to Blame? An Experimental Test of How Partisanship Shapes Perceptions of Performance and Responsibility. The Journal of Politics, 73(2), 316–330. https://doi.org/10.1017/S0022381611000168

van Spanje, J. (2011). Keeping the Rascals In: Anti-Political-Establishment Parties and their Cost of Governing in Established Democracies. European Journal of Political Research, 50, 609–635. https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2010.01984.x

Verzichelli, L., & Cotta, M. (2003). Italy: From Constrained Coalitions to Alternating Governments? Em W. C. Müller & K. Strøm, Coalition Governments in Western Europe. Oxford University Press.

Volkens, A., Burst, T., Krause, W., Lehmann, P., Matthieß, T., Regel, S., Weßels, B., & Zehnter, L. (2021). The Manifesto Data Collection. Manifesto Project (MRG/CMP/MARPOR). Version 2021a. Berlin: Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung (WZB). https://visuals.manifesto-project.wzb.eu/mpdb-shiny/cmp_dashboard/

Wagner, A. K., Soumerai, S. B., Zhang, F., & Ross-Degnan, D. (2002). Segmented regression analysis of interrupted time series studies in medication use research. Journal of Clinical Pharmacy and Therapeutics, 27(4), 299–309. https://doi.org/10.1046/j.1365-2710.2002.00430.x

Warwick, P. (1995). Government Survival in Parliamentary Democracies. Cambridge University Press. https://doi.org/10.1017/CBO9780511528132

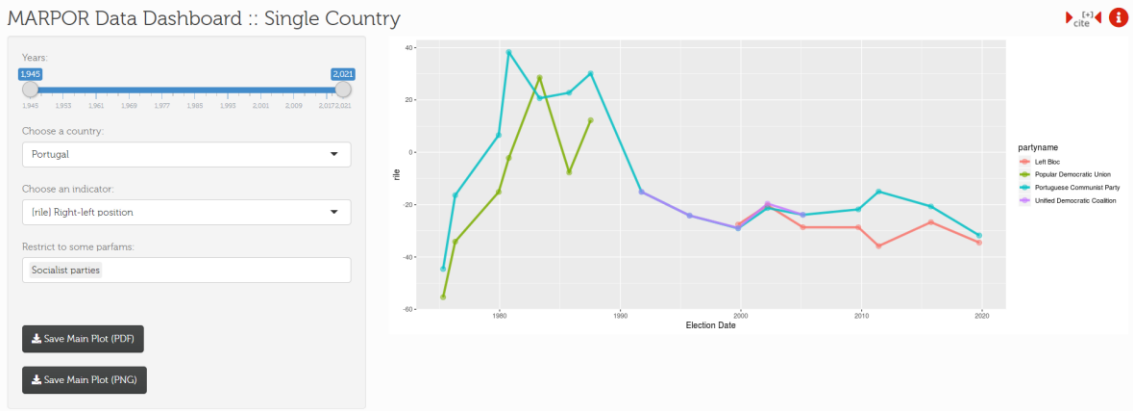
Wlezien, C. (2016). Policy (Mis) Representation and the Cost of Ruling: U.S. Presidential Elections in Comparative Perspective. Comparative Political Studies, 50(6), 711–738. https://doi.org/10.1177/0010414015626446

Wlezien, C., Franklin, M., & Twiggs, D. (1997). Economic Perceptions and Vote Choice: Disentangling the Endogeneity. Political Behavior, 19(1), 7–17.

Woldendorp, J., Keman, H., & Budge, I. (2000). Party government in 48 democracies (1945-1998): Composition, duration, personnel. Kluwer Academic.

Anexos

Anexo I – Posição comparativa do PCP E BE (dados retirados da *database* do *Manifesto Project*)



Posição conjunta do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda sobre solução política

O Partido Socialista (PS) e o Bloco de Esquerda assumem a seguinte posição sobre a solução política no quadro da nova realidade institucional da XIII legislatura decorrente das eleições de 4 de Outubro.

1.
Os resultados das eleições legislativas realizadas no passado dia 4 de outubro de 2015 significaram uma inequívoca derrota da estratégia de empobrecimento e das políticas de austeridade conduzidas pela coligação do PSD-CDS ao longo dos últimos quatro anos.

Tendo em conta as profundas dificuldades que Portugal atravessa, fruto de uma longa crise social e económica e de um contexto externo de elevada incerteza, e face ao novo quadro parlamentar decorrente dos resultados eleitorais, o PS, o Bloco de Esquerda e a CDU anunciaram um processo de convergência fundado na necessidade patriótica de conferir tradução política à vontade de mudança expressa pela maioria dos eleitores. Nesse sentido, assumiram a responsabilidade de negociar um acordo tendo no horizonte a construção de uma maioria estável, duradoura e credível na Assembleia da República que sustente a formação e a ação de um Governo comprometido com a mudança reclamada nas urnas.

2.
Foi no quadro desse objectivo que PS e Bloco de Esquerda procuraram, ao longo de uma esforçada abordagem mútua, identificar matérias, medidas e soluções que possam traduzir um indispensável sinal de mudança.

Uma abordagem séria em que se reconheceram a natureza distinta dos programas dos dois partidos e as diferenças de pressupostos com que observam e enquadram aspectos estruturantes da situação do País.

Mas também, e sobretudo, um trabalho e uma avaliação que confirmaram existir um conjunto de questões que podem assegurar uma resposta pronta a legítimas aspirações do povo português de verem recuperados os seus rendimentos, devolvidos os seus direitos, asseguradas melhores condições de vida. Foram os pontos de convergência e não os de divergência que ambos os partidos optaram por valorizar.

3.
Entre outros, PS e Bloco de Esquerda identificam como aspetos em que é possível convergir, independentemente do alcance programático diverso de cada partido, com vista a soluções de política inadiáveis:

O descongelamento das pensões; a reposição dos feriados retirados; um combate decidido à precariedade, incluindo aos falsos recibos verdes, ao recurso abusivo a estágios e ao uso de contratos emprego/inserção para substituição de trabalhadores; a

revisão da base de cálculo das contribuições pagas pelos trabalhadores a recibo verde; o fim do regime de requalificação/mobilidade especial; o cumprimento do direito à negociação colectiva na Administração Pública; a reposição integral dos complementos de reforma dos trabalhadores do setor empresarial do Estado; a redução para 13% do IVA da restauração; a introdução da cláusula de salvaguarda no IMI; a garantia de proteção da casa de morada de família face a execuções fiscais e penhoras; o alargamento do estímulo fiscal às PME em sede de IRC; a reavaliação das reduções e isenções da TSU; o reforço da capacidade do SNS pela dotação dos recursos humanos, técnicos e financeiros adequados, incluindo a concretização do objectivo de assegurar a todos os utentes médicos e enfermeiros de família; a revogação da recente alteração à Lei de Interrupção Voluntária da Gravidez; a garantia, até 2019, do acesso ao ensino pré-escolar a todas as crianças a partir dos três anos; o reforço da Ação Social Escolar directa e indirecta; a vinculação dos trabalhadores docentes e não docentes das escolas; a redução do número de alunos por turma; a progressiva gratuitidade dos manuais escolares do ensino obrigatório; a promoção da integração dos investigadores doutorados em laboratórios e outros organismos públicos e substituição progressiva da atribuição de bolsas pós-doutoramento por contratos de investigador; a reversão dos processos e concessão/privatização das empresas de transportes terrestres; a não admissão de qualquer novo processo de privatização.

Com vista à sua inclusão no programa do governo e à definição da futura colaboração entre os grupos parlamentares, o PS e o Bloco de Esquerda elencaram alguns destes e outros pontos em documento que se anexa a esta declaração.

4.
O PS e o Bloco de Esquerda reconhecem as maiores exigências de identificação política que um acordo sobre um governo e um programa de governo colocava. PS e Bloco de Esquerda reconhecem também que, no quadro do grau de convergência que foi possível alcançar, estão criadas as condições para:

i) pôr fim a um ciclo de degradação económica e social que a continuação de um governo PSD/CDS prolongaria. Com esse objectivo rejeitarão qualquer solução que proponha um governo PSD/CDS como derrotarão qualquer iniciativa que vise impedir a solução governativa alternativa;
ii) existir uma base institucional bastante para que o PS possa formar governo, apresentar o seu programa de governo, entrar em funções e adoptar uma política que assegure uma solução duradoura na perspectiva da legislatura;
iii) na base da nova correlação institucional existente na AR, adoptar medidas que respondam a aspirações e direitos do povo português.

Neste sentido PS e Bloco de Esquerda afirmam a disposição recíproca para:

i) encetarem o exame comum quanto à expressão que as matérias convergentes identificadas devem ter nos Orçamentos do Estado, na generalidade e na especialidade, no sentido de não desperdiçar a oportunidade de esses instrumentos corresponderem à indispensável devolução de salários, pensões e direitos; à inadiável inversão da degradação das condições de vida do povo português bem como das funções sociais com a garantia de provisões pelo Estado

de serviços públicos universais e de qualidade; e à inversão do caminho de declínio, injustiças, exploração e empobrecimento presente e acentuado nos últimos anos;

ii) examinarem as medidas e soluções que podem, fora do âmbito do Orçamento do Estado, ter concretização mais imediata;

iii) examinarem, em reuniões bilaterais que venham comummente a serem consideradas necessárias, outras matérias, cuja complexidade o exija ou relacionadas com:
a) legislação com impacto orçamental;
b) moções de censura ao Governo;
c) iniciativas legislativas oriundas de outros grupos parlamentares;
d) iniciativas legislativas que, não tendo impacto orçamental, constituam aspectos fundamentais da governação e funcionamento da Assembleia da República.

Esta posição não limita outras soluções que PS e Bloco de Esquerda entendam estabelecer com o Partido Comunista Português e o Partido Ecologista "Os Verdes".

5.
Com integral respeito pela independência política de cada um dos partidos e não escondendo do povo português diferenças quanto a aspectos estruturantes da visão de cada partido quanto a opções de política que os respectivos programas evidenciam, os partidos subscritores do texto que hoje tornam público confirmam com clareza bastante a sua disposição e determinação em impedir que PSD e CDS prossigam a política que agora expressivamente o País condenou e assumir um rumo para o país que garanta:

a) Virar a página das políticas que traduziram a estratégia de empobrecimento seguida por PSD e CDS;
b) Defender as funções sociais do Estado e os serviços públicos, na segurança social, na educação e na saúde, promovendo um combate sério à pobreza e às desigualdades sociais e económicas;
c) Conduzir uma nova estratégia económica assente no crescimento e no emprego, no aumento do rendimento das famílias e na criação de condições para o investimento público e privado;
d) Promover um novo modelo de progresso e desenvolvimento para Portugal, que aposte na valorização dos salários e na luta contra a precariedade, relance o investimento na educação, na cultura e na ciência e devolva à sociedade portuguesa a confiança e a esperança no futuro.
e) Valorizar a participação dos cidadãos, a descentralização politica e as autonomias insulares.

Lisboa, 10 de Novembro de 2015

ANEXO

1. Para preparar iniciativas comuns sobre áreas fundamentais, será criado no início da legislatura um conjunto de grupos de trabalho, compostos por representantes dos partidos signatários e pelo membro do governo que tutela a área respetiva, que apresentarão relatórios semestrais:

- Grupo de trabalho para a elaboração de um Plano Nacional Contra a Precariedade, a apresentar ao Conselho Económico e Social;
- Grupo de trabalho para o estudo sobre pensões não contributivas e estrutura da proteção social e para a avaliação das medidas de combate à pobreza;
- Grupo de trabalho para a avaliação da sustentabilidade da dívida externa.
- Grupo de trabalho para a avaliação dos custos energéticos com incidência sobre as famílias e propostas para sua redução;
- Grupo de trabalho sobre a política de habitação, crédito imobiliário e tributação do património imobiliário;

2. Não constará do Programa de Governo o regime conciliatório.

3. Não constará do Programa de Governo qualquer redução da Taxa Social Única das entidades empregadoras.

4. Será reposta em vigor, em 1 de janeiro de 2016, a norma da lei nº 53-B/2006 de 29 de dezembro, relativa à atualização das pensões, com a garantia de não haver corte no valor nominal das pensões.

5. A necessidade de diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social deve ser objeto de negociação em sede de concertação social, comprometendo-se os partidos signatários a trabalhar em conjunto na proposta a apresentar pelo Governo ao Conselho Económico e Social.

6. Como forma de melhorar os rendimentos das famílias, será gradualmente reduzida até ao limite de 4 pp., sem consequências na formação das pensões, a TSU paga pelos trabalhadores com salário base bruto igual ou inferior a 600€/mensal. A perda de receita

decorrente da adoção desta medida será compensada em cada ano com transferência do Estado para a Segurança Social de montante equivalente àquela redução.

7. O Salário Mínimo Nacional atingirá os 600€ durante a presente legislatura, com aumentos de 5% nos dois primeiros anos.

8. Reforço dos poderes da Autoridade para as Condições de Trabalho na regularização de falsos recibos e outros vínculos ilegais, com imediata conversão em contratos de trabalho e acesso aos respetivos direitos.

9. A reposição gradual dos salários da Função Pública inicia-se em Janeiro de 2016 (25% no primeiro trimestre; 50% no segundo; 75% no terceiro; 100% no quarto).

9. São repostos os quatro feriados eliminados na anterior legislatura.

10. Política fiscal:
a) Aumento da progressividade do IRS, nomeadamente através do aumento do número de escalões;
b) Eliminação do quociente familiar introduzido no OE de 2015, que tem uma natureza regressiva, e sua substituição por uma dedução por cada filho, sem caráter regressivo e com efeito neutro do ponto de vista fiscal;
c) Introdução de uma cláusula de salvaguarda que limite a 75 euros/ano os aumentos de IMI em reavaliação do imóvel que seja habitação própria permanente de baixo valor;
d) Proibição das execuções fiscais sobre a casa de morada de família relativamente a dívidas de valor inferior ao valor do bem executado e suspensão da penhora da casa de morada de família nos restantes casos;
e) Revisão de valores desproporcionados de coimas e juros por incumprimento de obrigações tributárias e introdução de mecanismos de cúmulo máximo nas coimas aplicadas por contraordenações praticadas por pessoas singulares, designadamente por incumprimento de obrigações declarativas;
f) Agilizar as situações e condições em que pode ser negociado e aceite um plano de pagamentos por dívidas fiscais e tributárias e à Segurança Social.
g) Redução do IVA da restauração para 13%;
h) Reverter, no que toca à recente reforma do IRC, a "participation exemption" (regressando ao mínimo de 10% de participação social) e o prazo para reporte de prejuízos fiscais (reduzindo dos 12 para 5 anos);
i) Criar um sistema de incentivos à instalação de empresas e ao aumento da produção nos territórios fronteiriços, designadamente através de um benefício fiscal, em IRC, modulado pela distribuição regional do emprego.

11. Sobre os custos das famílias com a energia elétrica e gás:
a) Redesenhar a tarifa social no sentido de a tornar automática para agregados familiares de baixos recursos e beneficiários de prestações sociais sujeitas a condição de recursos; no caso dos consumidores que, não auferindo prestações com a natureza anterior, se encontrem em situação vulnerável, a nota de rendimentos emitida pela Autoridade Tributária permitirá o cumprimento dos requisitos para a atribuição da tarifa

social; os consumidores que, pelo seu nível de rendimento, estão hoje dispensados de apresentar declaração de rendimentos, deverão passar a fazê-lo para obter a nota de rendimentos da Autoridade Tributária e, dessa forma, aceder à tarifa social; o acesso à tarifa social dá acesso automático ao Apoio Social Extraordinário ao Consumidor de Energia (ASECE);

b) Retirar da fatura da energia elétrica a Contribuição do Audiovisual e incorporá-la no universo das comunicações sem perda de receita para a RTP.

12. Privatizações e Concessões:

a) Anulação das concessões e privatizações em curso dos transportes coletivos de Lisboa e Porto;

b) Reversão das fusões de empresas de água que tenham sido impostas aos municípios;

c) Reversão do processo de privatização da EGF, com fundamento na respetiva ilegalidade;

d) Nenhuma outra concessão ou privatização.

Posição conjunta do PS e do PCP sobre solução política

O Partido Socialista (PS) e o Partido Comunista Português (PCP) assumem a seguinte posição sobre a solução política no quadro da nova realidade institucional da XIII legislatura decorrente das eleições de 4 de Outubro.

1.

As eleições de 4 de Outubro traduziram uma clara derrota da coligação PSD/CDS. PSD/CDS perderam as condições e legitimidade política de prosseguir a sua governação. Em Outubro não foi apenas o governo PSD/CDS que foi condenado mas também a sua política.

As eleições ditaram uma nova composição da Assembleia da República para a presente legislatura que corresponde a uma substancial alteração da correlação de forças. Esta nova realidade e a vontade de mudança expressa pelo povo português coloca a exigência e a responsabilidade de assegurar a interrupção do rumo prosseguido pelo anterior governo.

É esta responsabilidade que se impõe concretizar: a de procurar uma política que dê resposta a problemas mais urgentes dos portugueses, do emprego, dos salários e rendimentos, das pensões e prestações sociais, dos direitos, das funções sociais do Estado e dos serviços públicos nomeadamente a saúde, a educação, a segurança social e a cultura.

2.

Foi esse o objectivo que PS e PCP procuraram ao longo de uma esforçada abordagem mútua para identificar matérias, medidas e soluções que possam traduzir um indispensável sinal de mudança.

Uma abordagem séria em que se reconheceram a natureza distinta dos programas dos dois partidos e as diferenças de pressupostos com que observam e enquadram aspectos estruturantes da situação do País.

Mas também, e sobretudo, um trabalho e uma avaliação que confirmaram existir um conjunto de questões que podem assegurar uma resposta pronta a legítimas aspirações do povo português de verem recuperados os seus rendimentos, devolvidos os seus direitos, asseguradas melhores condições de vida. Foram os pontos de convergência e não os de divergência que ambos os partidos optaram por valorizar.

3.

Entre outros, PS e PCP identificam como aspectos em que é possível convergir,

independentemente do alcance programático diverso de cada partido, com vista a soluções de política inadiáveis:

O descongelamento das pensões; a reposição dos feriados retirados; um combate decidido à precariedade, incluindo aos falsos recibos verdes, ao recurso abusivo a estágios e ao uso de contratos emprego/inserção para substituição de trabalhadores; a revisão da base de cálculo das contribuições pagas pelos trabalhadores a recibo verde; o fim do regime de requalificação/mobilidade especial; o cumprimento do direito à negociação colectiva na Administração Pública; a reposição integral dos complementos de reforma dos trabalhadores do sector empresarial do estado; a redução para 13% do IVA da restauração; a introdução da cláusula de salvaguarda no IMI; a garantia de protecção da casa de morada de família face a execuções fiscais e penhoras; o alargamento do estímulo fiscal às PME em sede de IRC; a reavaliação das reduções e isenções da TSU; o reforço da capacidade do SNS pela dotação dos recursos humanos, técnicos e financeiros adequados, incluindo a concretização do objectivo de assegurar a todos os utentes médicos e enfermeiros de família; a revogação da recente alteração à Lei de Interrupção Voluntária da Gravidez; a garantia, até 2019, do acesso ao ensino pré-escolar a todas as crianças a partir dos três anos; o reforço da Acção Social Escolar directa e indirecta; a vinculação dos trabalhadores docentes e não docentes das escolas; a redução do número de alunos por turma; a progressiva gratuitidade dos manuais escolares do ensino obrigatório; a promoção da integração dos investigadores doutorados em laboratórios e outros organismos públicos e substituição progressiva da atribuição de bolsas pós-doutoramento por contratos de investigador; a reversão dos processos e concessão/privatização das empresas de transportes terrestres; a não admissão de qualquer novo processo de privatização.

PS e PCP registam ainda a identificação de outras matérias em que, apesar de não se ter verificado acordo quanto às condições para a sua concretização, se regista uma convergência quanto ao enunciado dos objectivos a alcançar. Estão neste âmbito: a reposição dos salários dos trabalhadores da Administração Pública em 2016; a reposição do horário de trabalho de 35 horas na Administração Pública, bem como a eliminação de restrições de contratação na Administração Pública central, regional e local; a eliminação da sobretaxa do IRS; o aumento de escalões e a progressividade do IRS; a eliminação do obstáculo que as taxas moderadoras constituem no acesso ao SNS e a reposição do direitos ao transporte de doentes não urgentes de acordo com as condições clínicas e económicas dos utentes do SNS: o alargamento do acesso e montantes das prestações de protecção social e apoio social, o reforço e diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social.

4.

O PS e o PCP reconhecem as maiores exigências de identificação política que um acordo sobre um governo e um programa de governo colocava. No entanto PS e PCP reconhecem no quadro do grau de convergência que foi possível alcançar que estão criadas as condições para:

i) pôr fim a um ciclo de degradação económica e social que a continuação de um governo PSD/CDS prolongaria. Com esse objectivo rejeitarão qualquer solução que proponha um governo PSD/CDS como derrotarão qualquer iniciativa que vise impedir a solução governativa alternativa;

Jerónimo de Sousa

ii) existir uma base institucional bastante para que o PS possa formar governo, apresentar o seu programa de governo, entrar em funções e adoptar uma política que assegure uma solução duradoura na perspectiva da legislatura;

iii) na base da nova correlação institucional existente na AR adoptar medidas que respondam a aspirações e direitos do povo português.

Neste sentido PS e PCP afirmam a disposição recíproca de:

i) encetarem o exame comum quanto à expressão que as matérias convergentes identificadas devem ter nos Orçamentos do Estado, na generalidade e na especialidade, no sentido de não desperdiçar a oportunidade de esses instrumentos corresponderem à indispensável devolução de salários, pensões e direitos; à inadiável inversão da degradação das condições de vida do povo português bem como das funções sociais com a garantia de provisões pelo Estado de serviços públicos universais e de qualidade; e à inversão do caminho de declínio, injustiças, exploração e empobrecimento presente e acentuado nos últimos anos;

ii) examinarem as medidas e soluções que podem, fora do âmbito do Orçamento do Estado, ter concretização mais imediata;

iii) examinarem, em reuniões bilaterais que venham comummente a serem consideradas necessárias, outras matérias, cuja complexidade o exija ou relacionadas com:

a) legislação com impacto orçamental;

b) moções de censura ao Governo;

c) iniciativas legislativas oriundas de outros grupos parlamentares;

d) iniciativas legislativas que, não tendo impacto orçamental, constituam aspectos fundamentais da governação e funcionamento da Assembleia da República.

A opção por uma posição bilateral entre PS e PCP não limita outras soluções que PS e PCP entendam como convenientes estabelecer com o Bloco de Esquerda e o Partido Ecologista os "Verdes".

5.

Com integral respeito pela independência política de cada um dos partidos e não escondendo do povo português diferenças quanto a aspectos estruturantes da visão de cada partido quanto a opções de política que os respectivos programas evidenciam, os partidos subscritores do texto que hoje tornam público confirmam com clareza bastante a sua disposição e determinação em impedir que PSD e CDS prossigam a política que agora expressivamente o País condenou e assumir um rumo para o país que garanta:

a) Virar a página das políticas que traduziram a estratégia de empobrecimento seguida por PSD e CDS;

b) Defender as funções sociais do Estado e os serviços públicos, na segurança social, na educação e na saúde, promovendo um combate sério à pobreza e às desigualdades sociais e económicas;

c) Conduzir uma nova estratégia económica assente no crescimento e no emprego, no aumento do rendimento das famílias e na criação de condições para o investimento público e privado;

d) Promover um novo modelo de progresso e desenvolvimento para Portugal, que aposte na valorização dos salários e na luta contra a precariedade, relance o investimento na educação, na cultura e na ciência, e devolva à sociedade portuguesa a confiança e a esperança no futuro.

e) Valorizar a participação dos cidadãos, a descentralização politica e as autonomias insulares.

Lisboa, 10 de Novembro de 2015

Jerónimo de Sousa
Secretário-Geral
do Partido Comunista Português

António Costa
Secretário-Geral
do Partido Socialista

Posição conjunta do PS e do PEV sobre solução política

O Partido Socialista (PS) e o Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV) assumem a seguinte posição sobre a solução política no quadro da nova realidade institucional da XIII legislatura decorrente das eleições de 4 de Outubro.

1.

As eleições de 4 de Outubro traduziram uma clara derrota da coligação PSD/CDS. PSD/CDS perderam as condições e legitimidade política de prosseguir a sua governação. Em Outubro não foi apenas o governo PSD/CDS que foi condenado mas também a sua política.

As eleições ditaram uma nova composição da Assembleia da República para a presente legislatura que corresponde a uma substancial alteração da correlação de forças. Esta nova realidade e a vontade de mudança expressa pelo povo português coloca a exigência e a responsabilidade de assegurar a interrupção do rumo prosseguido pelo anterior governo.

É esta responsabilidade que se impõe concretizar: a de procurar uma política que dê resposta a problemas mais urgentes dos portugueses, do emprego, dos salários e rendimentos, das pensões e prestações sociais, dos direitos, das funções sociais do Estado e dos serviços públicos nomeadamente a saúde, a educação, a segurança social e a cultura.

2.

Foi esse o objectivo que PS e PEV procuraram ao longo de uma esforçada abordagem mútua para identificar matérias, medidas e soluções que possam traduzir um indispensável sinal de

mudança.

Uma abordagem séria em que se reconheceram a natureza distinta dos programas dos dois partidos e as diferenças de pressupostos com que observam e enquadram aspectos estruturantes da situação do País.

Mas também, e sobretudo, um trabalho e uma avaliação que confirmaram existir um conjunto de questões que podem assegurar uma resposta pronta a legítimas aspirações do povo português de verem recuperados os seus rendimentos, devolvidos os seus direitos, asseguradas melhores condições de vida. Foram os pontos de convergência e não os de divergência que ambos os partidos optaram por valorizar.

3.

Entre outros, PS e PEV identificam como aspectos em que é possível convergir, independentemente do alcance programático diverso de cada partido, com vista a soluções de política inadiáveis, os pontos do Anexo à presente posição conjunta e ainda:

O descongelamento das pensões; a reposição dos feriados retirados; um combate decidido à precariedade, incluindo aos falsos recibos verdes, ao recurso abusivo a estágios e ao uso de contratos emprego/inserção para substituição de trabalhadores; a revisão da base de cálculo das contribuições pagas pelos trabalhadores a recibo verde; o fim do regime de requalificação/mobilidade especial; o cumprimento do direito à negociação colectiva na Administração Pública; a reposição integral dos complementos de reforma dos trabalhadores do sector empresarial do estado; a redução para 13% do IVA da restauração; a introdução da

cláusula de salvaguarda no IMI; a garantia de protecção da casa de morada de família face a execuções fiscais e penhoras; o alargamento do estímulo fiscal às PME em sede de IRC; a reavaliação das reduções e isenções da TSU; o reforço da capacidade do SNS pela dotação dos recursos humanos, técnicos e financeiros adequados, incluindo a concretização do objectivo de assegurar a todos os utentes médicos e enfermeiros de família; a revogação da recente alteração à Lei de Interrupção Voluntária da Gravidez; a garantia, até 2019, do acesso ao ensino pré-escolar a todas as crianças a partir dos três anos; o reforço da Acção Social Escolar directa e indirecta; a vinculação dos trabalhadores docentes e não docentes das escolas; a redução do número de alunos por turma; a progressiva gratuitidade dos manuais escolares do ensino obrigatório; a promoção da integração dos investigadores doutorados em laboratórios e outros organismos públicos e substituição progressiva da atribuição de bolsas pós-doutoramento por contratos de investigador; a reversão dos processos e concessão/privatização das empresas de transportes terrestres; a não admissão de qualquer novo processo de privatização; a não privatização do sector da água em alta; o desenvolvimento da rede ferroviária nacional nomeadamente de passageiros.

PS e PEV registam ainda a identificação de outras matérias em que, apesar de não se ter verificado acordo quanto às condições para a sua concretização, se regista uma convergência quanto ao enunciado dos objectivos a alcançar. Estão neste âmbito: a reposição dos salários dos trabalhadores da Administração Pública em 2016; a reposição do horário de trabalho de 35 horas na Administração Pública, bem como a eliminação de restrições de contratação na Administração Pública central, regional e local; a eliminação da sobretaxa do IRS; o aumento de escalões e a progressividade do IRS; a eliminação do obstáculo que as taxas moderadoras constituem no acesso ao SNS e a reposição do direitos ao transporte de doentes não urgentes de acordo com as

condições clínicas e económicas dos utentes do SNS: o alargamento do acesso e montantes das prestações de protecção social e apoio social, o reforço e diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social.

4.

O PS e o PEV reconhecem as maiores exigências de identificação política que um acordo sobre um governo e um programa de governo colocava. No entanto PS e PEV reconhecem no quadro do grau de convergência que foi possível alcançar que estão criadas as condições para:

i) pôr fim a um ciclo de degradação económica, social e ambiental que a continuação de um governo PSD/CDS prolongaria. Com esse objectivo rejeitarão qualquer solução que proponha um governo PSD/CDS como derrotarão qualquer iniciativa que vise impedir a solução governativa alternativa;

ii) existir uma base institucional bastante para que o PS possa formar governo, apresentar o seu programa de governo, entrar em funções e adoptar uma política que assegure uma solução duradoura na perspectiva da legislatura;

iii) na base da nova correlação institucional existente na AR adoptar medidas que respondam a aspirações e direitos do povo português.

Neste sentido PS e PEV afirmam a disposição recíproca de:

I) encetarem o exame comum quanto à expressão que as matérias convergentes identificadas devem ter nos Orçamentos do Estado, na generalidade e na especialidade, no sentido de não desperdiçar a oportunidade de esses instrumentos corresponderem à indispensável devolução de salários, pensões e direitos; à inadiável inversão da degradação das condições de vida do povo português bem como das funções sociais com

a garantia de provisões pelo Estado de serviços públicos universais e de qualidade; e à inversão do caminho de declínio, injustiças, exploração e empobrecimento presente e acentuado nos últimos anos;

ii) examinarem as medidas e soluções que podem, fora do âmbito do Orçamento do Estado, ter concretização mais imediata;

iii) examinarem, em reuniões bilaterais que venham comummente a serem consideradas necessárias, outras matérias, cuja complexidade o exija ou relacionadas com:

a) legislação com impacto orçamental;

b) moções de censura ao Governo;

c) iniciativas legislativas oriundas de outros grupos parlamentares;

d) iniciativas legislativas que, não tendo impacto orçamental, constituam aspectos fundamentais da governação e funcionamento da Assembleia da República.

A opção por uma posição bilateral entre PS e PEV não limita outras soluções que PS e PEV entendam como convenientes estabelecer com o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português.

5.

Com integral respeito pela independência política de cada um dos partidos e não escondendo do povo português diferenças quanto a aspectos estruturantes da visão de cada partido quanto a opções de política que os respectivos programas evidenciam, os partidos subscritores do texto que hoje tornam público confirmam com clareza bastante a sua disposição e determinação em impedir que PSD e CDS prossigam a política que agora expressivamente o País condenou e assumir um rumo para o país que garanta:

a) Virar a página das políticas que traduziram a estratégia de empobrecimento seguida por PSD e CDS;

b) Defender as funções sociais do Estado e os serviços públicos, na segurança social, na educação e na saúde, promovendo um combate sério à pobreza, às desigualdades sociais e económicas e às assimetrias regionais;

c) Conduzir uma nova estratégia económica assente no crescimento e no emprego, no aumento do rendimento das famílias e na criação de condições para o investimento público e privado;

d) Promover um novo modelo de progresso e desenvolvimento para Portugal, que aposte na valorização dos salários e na luta contra a precariedade, relance o investimento na educação, na cultura e na ciência, e devolva à sociedade portuguesa a confiança e a esperança no futuro.

e) Valorizar a participação dos cidadãos, a descentralização politica e as autonomias insulares.

Lisboa, 10 de Novembro de 2015

Partido Socialista

Partido Ecologista «Os Verdes»

Anexo da Posição Conjunta do PS e do PEV:

I - ÁGUA

1º - Garantir a não privatização da água:

1. O acesso à água é considerado um direito humano, devendo um novo regime tarifário possuir tarifas sociais que permitam o acesso por todos;
2. Manutenção no sector público dos serviços de água em alta (captação, tratamento e elevação), revertendo o processo de fusões dos sistemas em alta, reformulando os sistemas na sua estrutura e procurando desenvolver novos sistemas de menores dimensões, com menos perdas e gastos energéticos, lançando mão de novas tecnologias que permitam igual qualidade e menores custos;
3. Respeito pelo princípio da autonomia das autarquias na decisão relativa aos sistemas municipais.
4. Incentivar a revisão dos contratos de concessão de primeira geração, procurando que o preço dos serviços da água corresponda a um preço justo;

2º - Rios e Albufeiras

1. Revisão da Convenção de Albufeira com o objetivo de garantir as exigências ambientais e os interesses nacionais (e.g. caudais mínimos, qualidade da água);

2. Necessidade de garantir mais meios técnicos e humanos para assegurar a proteção dos recursos hídricos, através da implementação da monitorização e de uma maior e melhor fiscalização.

3º - Água para a agricultura

1. Recusa do aumento da tarifa fixa.

II - ENERGIA

1º- Privilegiar a poupança e a eficiência na política energética:

1. Reavaliar o Plano Nacional de Barragens, nomeadamente as barragens cujas obras ainda não iniciaram, como é o caso das barragens da Cascata do Tâmega.

2º- Transportes:

1. Rever o PETI com o objetivo de recentrar a política de transportes no transporte ferroviário, quer para passageiros, quer para mercadorias;

2. Desenvolver um plano estratégico para a mobilidade de passageiros, considerando a generalidade dos modos de transporte e procurando a criação de condições para o desenvolvimento do transporte ferroviário;

3. Garantir a mobilidade das pessoas, tomando medidas urgentes que assegurem serviços de transportes públicos, nomeadamente nas zonas rurais e no interior do país.

III - COESÃO TERRITORIAL/ECONOMIA /AMBIENTE/SERVIÇOS PÚBLICOS

1º - Floresta

1. Aumentar a produção e a produtividade das fileiras florestais através do aumento das áreas de montado de sobro e de azinho e de pinheiro bravo, travando a expansão da área do eucalipto, designadamente através da revogação da Lei que liberaliza a plantação de eucaliptos, criando um novo regime jurídico.

2º - Apoiar as micro, pequenas e médias empresas

Capacitar as PME na resposta aos mercados públicos: eliminar barreiras de acesso, sistematizar e disponibilizar bases de dados com informação detalhada e atualizada sobre os investimentos em infraestruturas programados e em curso; oferecendo apoio técnico em processos de certificação ou de (pré) qualificação enquanto fornecedores e apoio na organização de consórcios ou outras formas de cooperação entre PME, na apresentação de propostas e identificação de financiamentos aos clientes.

3º - Defender os Serviços Públicos:

1. Não encerrar mais nenhum serviço público de proximidade.

4º - Aumento das Reformas

1. Aumento anual das reformas e pensões através da reposição, em 1 de Janeiro de 2016, da norma da Lei n.º 53-B/2006 de 29 de Dezembro, relativa à atualização das pensões, suspensa desde 2010, permitindo pôr fim a um regime de radical incerteza na evolução dos rendimentos dos pensionistas.

2. Reposição, nos valores de 2011, das prestações do Abono de Família, Complemento Solidário para Idosos e Rendimento Social de Inserção.

3. Reposição do pagamento dos complementos de reforma nas empresas do Sector Empresarial do Estado.

IV – CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE

1º - Garantir investimento público neste sector

1.Reforçar os meios humanos e técnicos, bem como o estudo e a investigação nesta área.

V- FISCALIDADE

1º - IVA

1.Taxa no sector da restauração passar para os 13% em 2016.

2º - IRS

1.Aumentar a progressividade do IRS, nomeadamente através do aumento do número de escalões;

2.Melhoria das deduções à coleta para os baixos e médios rendimentos;

3.Redução da sobretaxa do IRS em 2016 em 50% e eliminação em 2017;

3º IRC

1- Alargamento do sistema de estímulos fiscais às PME em sede de IRC;

2 - Criar um sistema de incentivos a instalação de empresas e ao aumento da produção nos territórios fronteiriços, designadamente através de um benefício fiscal, em IRC, modulado pela distribuição regional do emprego;

3 - Reverter, no que toca à recente reforma do IRC, a "participation exemption" (regressando ao mínimo de 10% de participação social), e o prazo para reporte de prejuízos fiscais (reduzindo dos 12 para 5 anos).

4º GRUPO DE TRABALHO SOBRE POLÍTICA FISCAL

Criar um grupo de trabalho sobre política fiscal, composto por representantes dos partidos signatários e pelo membro do governo que tutela a área respetiva. Este grupo de trabalho será criado no início da legislatura e apresentará relatórios semestrais.

VI - QUESTÕES SALARIAIS / SEGURANÇA SOCIAL

1.O fim dos cortes salariais e a reposição integral dos salários da Função Pública durante o ano de 2016, de forma gradual (25% no primeiro trimestre; 50% no segundo; 75% no terceiro; 100% no quarto);

2.Não constará do Programa de Governo qualquer redução da TSU das entidades empregadoras;

3.O Governo promoverá a diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social através da contribuição de novas bases fiscais, da penalização da rotação excessiva de trabalhadores por parte das empresas e da consignação de parte da tributação sobre lucros ou sobre o valor acrescentado bruto.

4.Alargar a proteção aos trabalhadores independentes, dando ao mesmo tempo combate aos falsos "recibos verdes";

5.Reavaliar as isenções e reduções da Taxa Social Única (TSU) que de exceção se transformaram em regra, fazendo perder mais de 500 milhões de euros de receitas por ano;

6.Combater as avultadas perdas de receitas devidas ao regime previdencial resultantes da evasão contributiva, fraude e prescrição, que constituem dívida à Segurança Social;

7.Estabelecimento de Planos plurianuais de combate à evasão e à fraude contributiva;

8.Promover uma gestão pública cuidada e criteriosa, bem como o reforço do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social;

VII – OUTROS

1. Anulação das concessões e privatizações em curso dos transportes coletivos de Lisboa e Porto;

2. Reversão do processo de privatização da EGF, com fundamento na respetiva ilegalidade;

3. Nenhuma outra concessão ou privatização.

13

Anexo III – Séries temporais interrompidas (Stata *output*)

Para o BE:

```
Panel variable: id (strongly balanced)
 Time variable: Time, 1 to 16
         Delta: 1 unit

Regression with Newey-West standard errors      Number of obs     =         8
Maximum lag = 1                                 F(  2,         4) =     28.58
                                                Prob > F          =    0.0043
```

_BE_	Coefficient	Newey-West std. err.	t	P>|t|	[95% conf.	interval]
_t	1.41	.3152648	4.47	0.011	.5346846	2.285315
_x15	-1.543333	1.592621	-0.97	0.387	-5.965158	2.878493
_x_t15	-6.51	.3152648	-20.65	0.000	-7.385316	-5.634685
_cons	2.603333	.9163902	2.84	0.047	.0590264	5.14764

```
Postintervention Linear Trend: 15

Treated: _b[_t]+_b[_x_t15]
```

Linear Trend	Coef.	Std. Err.	t		[95% Conf.	Interval]
Treated	-5.1	0	.	.	.	.

Para o PCP:

```
Panel variable: id (strongly balanced)
 Time variable: Time, 1 to 16
         Delta: 1 unit

Regression with Newey-West standard errors      Number of obs     =        16
Maximum lag = 1                                 F(  2,        12) =     81.41
                                                Prob > F          =    0.0000
```

PCP	Coefficient	Newey-West std. err.	t	P>|t|	[95% conf.	interval]
_t	-.791011	.1782389	-4.44	0.001	-1.17936	-.4026617
_x15	.9132967	1.274528	0.72	0.487	-1.863661	3.690255
_x_t15	-1.248989	.1782389	-7.01	0.000	-1.637338	-.8606397
_cons	16.49086	1.655253	9.96	0.000	12.88437	20.09734

```
Postintervention Linear Trend: 15

Treated: _b[_t]+_b[_x_t15]
```

Linear Trend	Coef.	Std. Err.	t		[95% Conf.	Interval]
Treated	-2.04	0	.	.	.	.

Para o PEV:

```
Panel variable: id (strongly balanced)
 Time variable: Time, 1 to 16
         Delta: 1 unit

Regression with Newey-West standard errors      Number of obs     =         11
Maximum lag = 1                                 F(  2,         7) =       5.67
                                                Prob > F          =     0.0344
```

PEV	Coefficient	Newey-West std. err.	t	P>|t|	[95% conf.	interval]
_t	-.5751667	.3701593	-1.55	0.164	-1.450454	.3001209
_x15	.2691666	1.592696	0.17	0.871	-3.49696	4.035293
_x_t15	-1.464833	.3701593	-3.96	0.005	-2.340121	-.5895457
_cons	11.23733	1.996638	5.63	0.001	6.516034	15.95863

Postintervention Linear Trend: 15

Treated: _b[_t]+_b[_x_t15]

Linear Trend	Coef.	Std. Err.	t		[95% Conf.	Interval]
Treated	-2.04	.	.	.	.	.